

Jefferson Virgílio

**ANTROPÓLOGO MILITANTE, PESQUISADOR E/OU SUJEITO
DE ESTUDO?
REVISÃO TEÓRICA SOBRE PESQUISA E MILITÂNCIA NA
ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Graduação em
Antropologia da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do
título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora

Prof^ª Dr^ª Miriam Pillar Grossi.

Co-orientadora

Prof^ª Dr^ª Ana Isabel Afonso.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Virgílio, Jefferson

Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo? revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea / Jefferson Virgílio ; orientadora, Miriam Pillar Grossi ; co-orientadora, Ana Isabel Afonso. - Florianópolis, SC, 2014.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Antropologia.

Inclui referências

1. Antropologia. 2. Metodologia de pesquisa. 3. Teoria antropológica. 4. Antropologia reflexiva. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Afonso, Ana Isabel. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Antropologia. IV. Título.

Jefferson Virgílio

**ANTROPÓLOGO MILITANTE, PESQUISADOR E/OU SUJEITO
DE ESTUDO? REVISÃO TEÓRICA SOBRE PESQUISA E
MILITÂNCIA NA ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Antropologia, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Antropologia.

Florianópolis, 18 de novembro de 2013.

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profª Drª Miriam Pillar Grossi - Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Ana Isabel Afonso - Co-orientadora
Universidade Nova de Lisboa (Videoconferência)

Prof Dr Rafael Victorino Devos
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Alicia Norma Gonzalez de Castells
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A longa (e dura) jornada que realizei não seria possível, ou seria de conclusão pouco provável, sem o apoio de várias pessoas e instituições, que forneceram suporte e aberturas necessários para finalizar esta empreitada. Agradeço:

Parentes de primeiro grau, representados pela figura de minha mãe, “Dona Maria”, que mesmo com suas limitações, buscou compreender decisões que optei. Decisões estas que, se diferentes, este trabalho, dificilmente teria acontecido.

As amigas criadas em meio acadêmico estrangeiro, na Argentina e em Portugal, por aceitaram este brasileiro nos seus círculos sociais. E as amigas estrangeiras que nasceram na UFSC. Pela disponibilidade em me apresentarem pareceres tão particulares e inovadores as minhas percepções sobre o campo. Desejo-lhes sucesso em suas pesquisas.

Aos companheiros e as companheiras de estudo na UFSC. Principalmente aos colegas e as colegas das disciplinas frequentadas nos cursos de antropologia, ciências sociais, história e museologia, quando em muitos momentos compartilhamos as conquistas e as perdas. Obrigado por estarem presentes nos momentos de dúvida e incerteza. E pelas opiniões e consultas, que além de construtivas, foram pontuais e enriquecedoras. Também lhes desejo sucesso em suas pesquisas.

Aos colegas do grupo de pesquisa em movimentos sociais de Lisboa, tanto pelo compartilhamento de informações, anotações, fotos, referências e contatos, como pelos preciosos comentários e sugestões. Espero logo os reencontrar.

Ao NIGS e ao IEG, e às suas participantes, que durante a escrita deste material, através de seus vários eventos acadêmicos, múltiplos grupos de estudo e inúmeras bolsistas me abriram uma série de portas de percepção antes completamente desconhecidas.

As meninas da SINTER (UFSC) e do GRIA (FCSH-UNL) que em muito foram solícitas e disponíveis nas inúmeras ocasiões em que as consultei e pedi auxílio durante os momentos antes, durante e depois do intercâmbio acadêmico.

A PRAE, que através de auxílios financeiros permitiu o meu deslocamento para participação e/ou apresentação de comunicações em eventos nacionais e internacionais. A experiência obtida “fora de casa” é sempre singular e deve ser sempre incentivada. Obrigado.

Aos técnicos do DAE e da coordenadoria do curso de graduação em antropologia da UFSC, pela enorme paciência na análise de minhas

solicitações. Sem a assistência e prontidão destas instituições, a entrega deste trabalho seria atrasada pelo menos dois semestres letivos.

Ao atual coordenador do curso de graduação de antropologia Prof Dr Rafael Devos, e as ex-coordenadoras, Prof^a Dr^a Vânia Cardoso e Prof^a Dr^a Miriam Hartung pelas inúmeras “flexibilizações” que recebi durante estes três anos de curso.

As bibliotecas físicas e os repositórios virtuais do CRIA, da FCSH-UNL, do ICS, do ISCTE e da UFSC que me foram úteis nas frequentes vezes em que a internet não se mostrou suficiente para encontrar determinados materiais para consulta.

A todos e todas que foram interlocutores durante a minha pesquisa junto às manifestações, sendo aqui representados pelo amigo Jorge e pela AEFCSH, que em muito foram responsáveis pela total revisão de qual era o meu “objeto de estudo”.

Aos organizadores e às organizadoras dos eventos científicos que aceitaram a apresentação de minhas humildes comunicações. Muito obrigado pelo voto de confiança e pelos sempre pertinentes comentários.

A todos os professores e professoras que tive¹ ao longo de minha vida: desde o ensino fundamental e médio, até chegar aos de ensino superior, sejam do IFSC, das Faculdades Borges de Mendonça, do ISCTE, da Universidade Nova de Lisboa, ou atualmente da UFSC. Vocês são os meus verdadeiros heróis e heroínas.

A Prof^a Dr^a Alicia Castells e ao Prof Dr Rafael Devos, membros da banca de avaliação de defesa deste trabalho de conclusão de curso. Além da demonstração de extrema prontidão em participar da banca, apresentaram excessiva disponibilidade e interesse.

E finalmente, às duas orientadoras deste TCC: Prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi e Prof^a Dr^a Ana Isabel Afonso, que aceitaram a difícil missão de me orientar na fase mais crítica de meu trabalho. Muito obrigado. Este trabalho é fruto direto da confiança e disponibilidade que as duas depositaram em minha pessoa, e ele seria impossível sem a colaboração destas senhoras.

¹ Não necessariamente na condição de professor - em sala de aula -, uma vez que alguns não precisaram me dar aula para serem “meus professores”. Cito, por exemplo, a Prof^a Dr^a Miriam Hartung, o Prof Dr José Kelly e o Prof Dr Rafael Devos, que foram fundamentais em diferentes momentos desta vivência acadêmica, quando, por exemplo, representativos da coordenação de curso e/ou do departamento de antropologia.

This book is a footprint, not a monument.
(John Wengle, 1988)

RESUMO

Remete a reflexões produzidas após a realização de trabalho de campo sobre as manifestações estudantis portuguesas entre 2012 e 2013. Sugere a revisão e reconstrução de concepções metodológicas durante a execução do trabalho de campo em antropologia. Produz revisão teórica sobre a pesquisa e a militância na antropologia contemporânea enquanto profere diálogo com o observado em campo.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa. Teoria antropológica. Antropologia reflexiva.



ABSTRACT

It refers to reflections produced after conducting fieldwork about Portuguese student manifestations that happened between 2012 and 2013. It suggests a revision and reconstruction of methodological preconceptions while performing fieldwork in anthropology. It produces theoretical review regarding research and activism in contemporary anthropology as utters dialogue with that was observed on the fieldwork.

Keywords: Research methodology. Anthropological theory. Reflexive anthropology.

RESUMEN

Se refiere a las reflexiones producidas después de la realización del trabajo de campo sobre las manifestaciones estudiantiles portuguesas entre los años 2012 y 2013. Sugiere una revisión y reconstrucción de las preconcepciones metodológicas durante la ejecución del trabajo de campo en antropología. Genera una revisión teórica de la investigación y del activismo en la antropología contemporánea y articula con el campo observado.

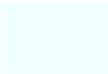
Palabras clave: Metodología de la investigación. Teoría antropológica. Antropología reflexiva.



RÉSUMÉ

Il fait référence aux réflexions réalisées après (le mon) travail de terrain sur les manifestations étudiantes au Portugal en 2012 et 2013. Il propose une révision et reconstruction des préconceptions méthodologiques faites pendant le travail de terrain en anthropologie, générant une révision théorique de la recherche et de l'activisme en anthropologie contemporaine en l'articulant avec le terrain.

Mots clés: Méthodologie de la recherche. Théorie anthropologique. Anthropologie réflexive.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AEFCSH (UNL) - Associação Estudantil da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa
APA - Associação Portuguesa de Antropologia
CFH/UFSC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC
CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia
DAE (UFSC) - Departamento de Administração Escolar
FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
GRIA (FCSH-UNL) - Gabinete de Recrutamento e Intercâmbio de Alunos da FCSH-UNL
ICS (UL) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
IEG - Instituto de Estudos de Gênero
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa
NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
PPGAS/UFSC - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC
PRAE (UFSC) - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFSC
PSP - Polícia de Segurança Portuguesa
SINTER/UFSC - Secretaria de Relações Internacionais da UFSC
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UL - Universidade de Lisboa
UNL - Universidade Nova de Lisboa
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 IMPONDERÁVEIS DA VIDA ACADÊMICA	23
1.1 O FUTURO ANTROPÓLOGO.....	25
1.2 ANTES DO CAMPO.....	28
1.3 PRIMEIROS CONTATOS COM O CAMPO DE PESQUISA.....	30
1.4 RECONFIGURAÇÕES DO CAMPO	33
1.5 RECONFIGURAÇÕES DOS DISPOSITIVOS DE PESQUISA	38
2 A SINGULARIDADE DE CADA CAMPO	43
2.1 SER AFETADO, ATIVISMO ANTROPOLÓGICO E TERRENOS SOB FOGO	45
2.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO	47
2.3 APROXIMAÇÃO JUNTO AOS SUJEITOS DE ESTUDO	49
2.4 PERDA (OU FIM) DO CAMPO OU DOS SUJEITOS DE ESTUDO.....	51
2.5 ANTROPÓLOGOS “NATIVOS”	54
3 PRESSUPOSTOS CLÁSSICOS	57
3.1 A TORRE DE MARFIM E O ANTROPÓLOGO COMO MILITANTE.....	58
3.2 EXPECTATIVAS SOBRE A MILITÂNCIA ANTROPOLÓGICA	61
3.3 CONTRAINDICAÇÕES DOS REFERENCIAIS SUPRACITADOS	64
3.4 EMANCIPAÇÃO DA ANTROPOLOGIA: POR UMA ANTROPOLOGIA APLICADA	69
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

O antropólogo deve cedo ou tarde realizar contato com “o outro”, e como estudante de antropologia, considere de elevada importância “enxergar” este momento nos moldes de um rito de passagem (cf. Van Gennep, 1960:3-5)², que é realizado no formato de um intercâmbio acadêmico, pois permitiria contato com outros modos de viver durante a fase inicial de desenvolvimento acadêmico. Orientado por tal pensamento, ao final do ano de 2011 candidatei-me para realizar intercâmbio acadêmico em Lisboa, onde recebi resposta positiva em meados de 2012.

Em setembro do mesmo ano desembarquei em Lisboa, e eu não imaginava que iria observar os movimentos sociais tais quais os que eu observei. Eram estudantes que saíam as ruas, solicitando alterações nos modelos estudantis pré-existentes.

Nomeadamente, parte das manifestações sociais ocorre no formato de greve e/ou passeatas, onde se interrompem atividades rotineiras, e dificultam ou impossibilitam terceiros de realizá-las. Este tipo de manifestação ocorre como resposta dos estudantes a solicitações não atendidas de melhorias nas condições de estudo ou pedidos por maiores direitos estudantis.

Estudantes se ausentam de suas universidades para se manifestar publicamente nas ruas. E uma vez anunciada à manifestação, outros indivíduos demonstram interesse em participar das respectivas, assim como deixam claro sobre a importância para os mesmos de tais movimentos.

A greve é, em Lisboa, naquele momento, o modo pelo qual estudantes se relacionam com os agentes do governo, o modo como pedem mudanças e como se expressam. É sabido que o ato de se representar socialmente através de manifestações públicas, tais quais as greves e passeatas em Lisboa, podem gerar alterações nos valores comuns de determinado grupo social ou esfera política, conforme Cruces (1998), quando apresentou exemplo similar no contexto político mexicano.

Na Europa, outras greves anteriormente realizadas ajudaram a interromper e reduzir medidas de austeridade e a impedir milhares de europeus de serem demitidos de seus empregos. Parte destas greves

² A sugestão de “páginas de leitura” visa realizar uma primeira orientação à determinada categoria ou conceito. De modo algum se deve reduzir à percepção deste conceito a paginação apresentada. A intenção é principalmente acelerar o processo de acesso primário à informação por eventuais leitores distantes do conceito convocado.

ocorreu em Portugal, e o principal argumento português para a realização das greves é de que “se a situação não mudar, o governo irá mudar”, declarando desta forma a intenção de derrubar o governo atual, se for preciso.

As manifestações estudantis observadas, em muito podem ser tidas como uma continuidade e um desenvolvimento desta insatisfação, mas que se expressa para além de identidades de trabalhadores e de seus familiares.

Em um primeiro momento, era suposto realizar a procura por um possível habitus (cf. Bourdieu, 1974:346) dos manifestantes estudantis em Lisboa. No entanto, conforme ocorre o desenvolvimento de minha pesquisa, alcanço algumas percepções que sugerem problematizar outras questões que não necessariamente são reflexos diretos de meus interlocutores, mas sim, reflexões sobre estes reflexos.

O presente trabalho pretexta, muito resumidamente, por tornar perceptíveis os desenvolvimentos que são provocados por este tipo específico de reflexões e sugere a pertinência de um posicionamento singular do pesquisador durante a prática antropológica, notadamente em contextos onde a prática de militância pode ser parte da pesquisa acadêmica realizada pelo antropólogo.

Enquanto realizo a apresentação de situações observadas durante a prática de meu trabalho de campo entre os manifestantes estudantis lisboetas, eu busco proferir diálogo com teóricos que já dissertaram sobre a pesquisa acadêmica que é realizada por antropólogos militantes e os múltiplos e variados impactos que este tipo de abordagem e conjunto de traços de vista³ permite.

³ Compreendo “traço de vista” como um agrupamento de pontos de vista, que uma vez analisados em conjunto permite atingir uma perspectiva que possui orientação múltipla, mas relacionadas entre si.

1 IMPONDERÁVEIS DA VIDA ACADÊMICA⁴⁵

Não apenas como uma singela menção a Malinowski (1932:19), este capítulo visa introduzir potenciais leitoras e leitores⁶ em minha proposta discursiva, e tenta apresentar os inúmeros dispositivos (cf. Foucault, 2000:244) que se revelam como parte fundante do contexto em que eu me encontrei durante minha pesquisa de campo enquanto “pesquisador”⁷. Estes dispositivos são em geral pouco problematizados no contexto antropológico, por outras pesquisadoras e outros pesquisadores como parte do processo construtor de seus campos de saber.

Antes de listar uma série de “atores sociais”, que são identificados também como agentes do campo estudado, faço uma breve problematização sobre o papel destes atores (cf. Latour, 1994:59), na ocorrência dos eventos estudados, tanto pela presença nos locais da pesquisa, quanto como sujeitos e objetos de representação de discursos e práticas.

Desta forma, busco produzir uma discussão menos descritiva e mais dissertativa, de como se deu a entrada, e diria do “aceite”, do pesquisador, no campo de pesquisa.

Este posicionamento, onde reduzo a densa descrição (tida como etnográfica) em minha argumentação, prima por dialogar com críticas específicas, que passam pela incapacidade (do antropólogo) em assumir a sua falha de compreensão nos modos de pensar do “outro” (Gellner, 1990:84-90), sobre a dificuldade de uma real crítica interpretativista antropológica (Miceli, 2003) ou mesmo sobre as falhas da proposta teórica sugerida por Geertz (Reynoso, 2007:145-148) e pela dificuldade

⁴ Parte deste capítulo foi previamente apresentada nas Jornadas Antropológicas do PPGAS/UFSC (Virgílio, 2013f). Desenvolve-se após reflexões sobre comentários recebidos durante a apresentação realizada.

⁵ Procuro, sempre que possível, optar por construções gramaticais compreensíveis mutuamente a norma culta do português europeu e do português brasileiro. Esta situação nem sempre é completamente viável.

⁶ A utilização da múltipla identificação de gênero é realizada sempre que não for possível a chamada a uma categoria que torne este fator transparente. Eventuais chamadas que são restritas ao masculino remetem a perspectivas pessoais e que me incluem como parte fundante, na construção da perspectiva, notadamente quando em diálogo com Wall (2006) e/ou Cohen (1992).

⁷ O uso de “aspas” remete a sugestão de maior reflexão, por parte do leitor, sobre significados supostamente intrínsecos a determinadas categorias e/ou termos. Adianto que o uso de (parênteses) sugere complementaridade do discurso. Em ambas as situações a intenção maior em muito pode se reduzir ao desvio de eventuais confusões que a proposta do texto escrito pode gerar, para leitores desatentos, se não houver tal “esclarecimento”.

de traçar a distancia entre as questões gerais que “devem ser tiradas do campo” e a prática etnográfica (Thomas, 1991:312-314).

Questiona-se ainda o exagerado valor que alguns antropólogos acabam por proferir para a etnografia (Amoroso, 2012), não raro sobrepondo e/ou confundindo antropologia e etnografia (Uriarte, 2012:171-172), mas principalmente por reduzirem a etnografia à produção de escrita descritiva densa (cf. Geertz, 1973b:6), e os potenciais impactos que este tipo de reducionismo pode provocar para a disciplina, notadamente no que repercute a limitação da variedade de método utilizado (i.e. permitido) na execução de atividade etnográfica.

A minha crítica à limitação, por parte de terceiros⁸, a metodologia que o antropólogo utiliza durante o seu trabalho de campo não é primária, como demonstro no recorte de outro material, representado a seguir:

É impensável acreditar que um órgão seja capaz de prever todas as possibilidades de ocorrência do que pode vir a aparecer em campo. Sendo desta forma incapaz de definir o que é ou não ético, o que é ou não correto, o que é ou não definido por convenção do grupo de pesquisadores, e principalmente como deve (ou não deve) ser realizado. A função do órgão, na melhor das hipóteses seria suprir os pesquisadores com a maior quantidade de casos “discutíveis” possíveis, a fim de preparar os mesmos para os imprevisíveis contextos em que podem acabar por serem inseridos. A mesma crítica que se aplica aos comitês de ética, que formados quase que exclusivamente por profissionais da saúde quase nada percebem de análise social, pesquisadores sociais, que impossivelmente seriam capazes de conhecer todas as possibilidades de configurações de campo são incapazes de definir regras estáticas de métodos de pesquisa.
(Virgílio, 2013a:12)

Outros teóricos (Goldman, 2008:5-6) podem considerar problemático o desenvolvimento de um posicionamento (teórico e reflexivo) que sugere uma revisão de conceitos tidos como clássicos ou “verdadeiros”. Esta situação é ainda mais visível para questionar valores

⁸ Terceiros como “alguém externo ao campo”, e não alguém “externo a antropologia”. Direciono a crítica ao comportamento esperado em comitês de ética, que é científico-culturalmente construído e reproduzido.

tidos como dotados de alguma veracidade enquanto os seus “portadores” e/ou “defensores” permanecem vivos (Kuhn, 2006:190-192; Foucault, 1977:32-40).

Não obstante, eu não coloco que a etnografia não deve ser realizada, quando identificada como o mais adequado modo de transmissão de percepções, e além, eu não reduzo o trabalho de campo, ou a etnografia, a prática de estar com e/ou descrever terceiros.

Em último caso também não menosprezo o uso da já convocada descrição densa, porem possuo certo receio da elevada validade implantada ao uso da mesma, assim como pelo seu não questionado aceite (e incentivado) protagonismo, mas principalmente por esta explicitada preocupação em formar um argumento de justificativa de (uma) prática antropológica (em especial quando esta “fuja” dos padrões, tidos como “antropológicos” e/ou “científicos”, seja lá a concepção à que reduzam tais categorias).

Dito isto, reitero que esta tentativa de escrita, prima por traçar este conjunto de múltiplos pontos, que a meu ver, em muito dialogam e estão relacionados. Uma antropologia que é reduzida a condição de uma etnografia, sendo agravada a situação por esta “etnografia” estar reduzida a uma atividade de descrição do outro, em muito deixa a desejar como forma de saber, seja partindo de uma perspectiva mais pessoal, seja por uma perspectiva que se diz “a partir do outro⁹”. Assim, eu incentivo a problematização desta naturalização da unificação do método na prática antropológica e principalmente desta redução da perspectiva e do modo de análise.

1.1 O FUTURO ANTROPÓLOGO

Como estudante em antropologia¹⁰ aprendi que antes de iniciar uma “pesquisa acadêmica”, ou seja, de começar a responder as perguntas: Sobre o que? Quem? Quando? Onde? Como? Este estudante é apresentado, a toda uma constelação de autores e autoras, que (supostamente) devem ser lidos, de modo a permitir a adequada formação de discurso argumentativo (e espera-se que também

⁹ Questiono esse quase automático aceite que alguns antropólogos insistem em manter sobre a sua capacidade em se colocar “no lugar do outro”, seja “sobre seus ombros”, seja sob uma forma menos pretenciosa de deslocamento epistemológico.

¹⁰ Reduzo o recorte para “estudantes de antropologia”, porém sem grandes esclarecimentos esta situação deve ser visível em outros contextos, tal qual é observada a situação de compartilhamento (dos modos) de construção de saber “científico” entre as diversas disciplinas (Kuhn, 2006:201-203; Costa, 2007:12-13), mesmo sabendo das especificidades da antropologia (Kuper, 1973:239-240; Stocking, 1983:67-68, Pierson, 1976:9-10) enquanto ciência.

compreensivo) daquele que pretende se “tornar”, e sendo aceito como, antropólogo ou antropóloga.

Este momento de “formação (e inclusão)” do estudante ao mundo acadêmico, no *modus operandi* da academia, onde se apresentam com quem e sobre o que dialogar, é o primeiro grande agente da prática de construção de nosso campo de pesquisa (Kuhn, 2006:19-20).

E esta construção não é rara, como eu vivi em minha formação acadêmica¹¹ como futuro antropólogo, alguns destes autores são seguidamente chamados com frequência, por convocações múltiplas, e por repetidas vezes.

Esta situação não se reduz aquelas e aqueles profissionais com larga, expressiva e diversa produção acadêmica, como Pierre Bourdieu, que trata desde os usos sociais da academia (1984) e da literatura (1996) até o desenvolvimento da denominada teoria da ação (1998). É também possível ser vista em múltiplas leituras de um mesmo trecho ou material. Notadamente quando as formas de discurso analítico estão dotadas de perspectiva teórico-metodológica heterogênea e são espaçadas temporalmente e/ou distribuídas em múltiplas disciplinas e/ou docentes.

Saliento que este encontro prévio com “os clássicos” visa permitir a construção da denominada “referência teórico-metodológica” mínima, para, em teoria, garantir ao futuro pesquisador o “embasamento teórico” que segundo lhe é informado, é útil, necessário e precioso durante a realização do longínquo “trabalho de campo” (Buffa, 2005:34). Os “clássicos” aqui apresentados são uma redução de recorte que é realizada com base nos autores representativos das “antropologias centrais”, tais como Bronislaw Malinowski, Claude Lévi-Strauss, Edward Evans Evans-Pritchard e Franz Boas.

Esta chamada não é tida como suficiente, e pelo menos até onde presencio, é complementada, com a apresentação de outros autores, que, novamente, até onde percebo, costumam ser mais contemporâneos e/ou, por parte da academia, menos conceituados. Sendo que estes autores “complementares” são estabelecidos conforme um conjunto de interesses que permitem outra dinâmica, que envolve as particularidades do docente, recortes da disciplina ministrada, interesses da direção e do corpo docente da universidade, características presentes no contexto histórico e cultural corrente, ou mesmo definidas pela principal (ou

¹¹ Uma “justificativa” para a chamada as experiências pessoais, e excessivo uso da primeira pessoa do singular como forma de argumentação, devem estar mais esclarecidas ao término de leitura desta proposta discursiva.

principais) escolas teóricas do país¹², continente ou região onde o estudante realiza os seus estudos acadêmicos.

O contato com os múltiplos autores, e de suas múltiplas escolas teóricas, fornece, de certa forma, os princípios à que se sugere, como por exemplo, a dita “fundamentação teórica”, e mesmo a apresentação de um suposto desenvolvimento histórico do “conhecimento científico” ao neófito, a fim de garantir a identificação do atual “estado da arte” da ciência (cf. Kuhn, 2006:20-21).

É esperado que o estudante de antropologia, enquanto se desenvolve como pesquisador dialogue com o referido estado da arte¹³, e esteja ciente do desenvolvimento passado da disciplina ao qual almeja representar ou aquela a qual deseja proferir diálogo. Neste sentido, o resultado é que os pressupostos teórico-metodológicos são tanto respeitados e referenciados, como também, de modo sublime e lento, revistos, questionados e reconstruídos.

E é neste sentido, que me proponho a fazer uma breve reflexão sobre os modos de construir o conhecimento etnográfico, notadamente nas situações em que este repercute sobre a posição do pesquisador quando aquele que pesquisa e é pesquisado por seus interlocutores.

Mais do que um deslocamento do “perto ao longe” (Eribon & Lévi-Strauss, 1990) o que está em jogo em minha reflexão é o “deslocamento” epistemológico.

Parte deste deslocamento, que denomino de “deslocamento de funcionalidade” exige a aplicação metodológica de propostas levantadas por Wall (2006:10) e sugeridas por Cohen (1992:224): do uso do próprio corpo e presença do pesquisador como ferramenta de produção de conhecimento científico sobre o “outro”.

Uma vez que eu problematizo a subjetividade existente em meu campo de pesquisa, eu abro brechas de percepção, e posteriores momentos de reflexão, que são normalmente invisibilizadas por colegas que defendam uma antropologia “mais objetiva”. O pesquisador que ignora a sua influencia sobre o campo, e a influencia do campo sobre si,

¹² Apenas a título de exemplificação, o estudo e disseminação da pesquisa, tida como antropologia física ou biológica, na UFSC e no Brasil, não é uma área que tenha nem muito investimento nem seja reconhecida no campo da antropologia como é caso de Portugal, país onde realizei estágio durante a graduação.

¹³ É questionável afirmar a existência de “um” estado da arte. Todavia, para simplificar a proposta aqui realizada, considerar como estado da arte, os autores com maior aceite acadêmico como discurso representativo da temática específica da disciplina para a área de pesquisa do acadêmico. É ainda provável que este recorte apresente limitações geográficas (regionais), de contemporaneidade e/ou ser uni-disciplinar.

não apenas possui uma percepção reduzida sobre o campo, como possui uma imagem do campo (e de si) distorcida.

É sabido que esta (sugerida) transformação das percepções da disciplina (Kuhn, 2006:25-27) não pode ser realizada de modo acelerado ou drástico, e necessita de avaliação, e aceite, dos atuais representantes desta. E não está presente tencionada na pesquisa de todos os acadêmicos de um campo. Alguns acadêmicos acabam por apenas reafirmar o discurso do passado, realizam um levantamento histórico ou mesmo confirmam suposições e afirmações de terceiros. Meu projeto, aqui é desconstruir estas verdades previsíveis e com este material, humildemente, colaborar com esta transformação da disciplina, e em particular sobre a reflexão metodológica na antropologia contemporânea.

1.2 ANTES DO CAMPO

Durante os primeiros anos de estudo em antropologia, é suposto que o estudante se identifique com um ou mais daqueles autores e autoras com os quais mantém contato, podendo se manifestar com uma mais específica ou mais abrangente bibliografia. E de fato, é aceitável que almeje utilizar o todo ou parte desta coleção de referências em sua futura pesquisa, e posteriormente em uma primeira publicação acadêmica. A opção pode tanto remontar a teóricos mais clássicos e conceituados das ciências humanas e sociais, ou teóricos menos populares, ou mesmo uma seleção comportando ambas as categorias¹⁴.

É também encorajado ao estudante, semestre a semestre, iniciar uma seleção e recorte, de possíveis áreas temáticas de interesse, de modo que se constitua uma intencionalidade mínima de seu futuro “campo de estudo”. A participação em um laboratório, centro ou núcleo de pesquisa, seja na categoria de bolsista pesquisador ou como monitor de atividades, remete, quase que automaticamente a um interesse demonstrado por uma ou mais áreas temáticas e a um vínculo com um futuro orientador ou uma futura orientadora.

As leituras prévias prezam por sustentar não somente as orientações teóricas do futuro pesquisador como também a sua

¹⁴ É desnecessário, pouco produtivo e impraticável neste espaço dissertar sobre o juízo de valor ostensivo que pode ser proferido para autores clássicos e centrais na teoria antropológica contemporânea. Para fins de esclarecimento, considerar “autores clássicos” como aqueles autores que são referências teóricas de forma quase unânime em cursos de antropologia “ocidentais e contemporâneos”, tais como Evans-Pritchard, Lévi-Strauss e Malinowski. Uma crítica mais pontual a este exagerado “ostracismo invertido” será realizada em outro momento.

metodologia de trabalho, o modo como realiza a sua pesquisa. Essa preocupação com a metodologia de pesquisa, em ciências sociais, é tão presente, que alguns autores sustentam a importância de reservar um capítulo inteiro de suas publicações para questões e discussões referentes ao método (Malinowski, 1932:2-3). Outros autores vão além e organizam coletâneas de artigos que são reservados a discussões e reflexões inteiramente sobre o “método etnográfico”.¹⁵

Este trabalho de conclusão de curso segue, de certo modo, este segundo “modelo”, o de refletir sobre o método, sobre a prática etnográfica. Busco nele, como aluno da primeira turma do curso de antropologia da UFSC¹⁶, provocar uma reflexão sobre a definição do que deve ser um trabalho de conclusão de curso.

Eu busco explicitar como, os contatos acadêmicos, normalmente representados pela figura do professor ou professora universitária, acabam por orientar uma primeira visão teórica, tanto em um recorte de autores e autoras, como em uma seleção de temáticas. Sendo que este recorte é ainda mais perceptível quando a lente se posiciona para analisar as disciplinas e as discussões as quais os acadêmicos e as acadêmicas mantêm contato, sejam em sala de aula, sejam em núcleos e grupos de pesquisa internos à universidade¹⁷.

Desta forma, constato que um primeiro limitador e orientador, da “área de atuação” do futuro pesquisador é a própria composição do departamento da universidade de origem pelo contato com professoras, professores e disciplinas com os quais manteve contato durante a vivência universitária.

O próximo item deste capítulo prima por evidenciar como tal configuração pode de fato ocorrer, porém enaltece como não é tão rígida ou mesmo previsível a sua manifestação (e tão ordeira a sua execução) como afirmada. As interferências da universidade, em seus múltiplos

¹⁵ Espera-se que esta leitura seja capaz de adicionar reflexões sobre a (suposta, e problemática) separação, entre teoria e prática etnográfica. Notadamente nas implicações de divisão em unidades curriculares acadêmicas.

¹⁶ De fato, eu sou um aluno da segunda turma do curso de antropologia. Porém, como sou o único aluno a participar da primeira turma de formandos, eu percebo o empréstimo desta posição como válido e pertinente.

¹⁷ Alguns dispositivos permitem, de certa forma (e se for este o objetivo), atenuar este foco teórico, como a frequência em disciplinas externas ao curso e/ou universidade, participação em congressos, em feiras e em palestras com convidados estrangeiros, assim como determinadas práticas (em tese) externas ao meio acadêmico. Saliento que a intensidade de contato, assim como o reconhecimento imediatamente implícito ao discurso do “curso/universidade de origem” é, no entanto, claramente desproporcional. E na hipótese da respectiva configuração for de maneira severa alterada, perde-se logo a mais-valia da universidade, que é o acesso ao saber “concentrado” e previamente “selecionado”.

campos, momentos, níveis e atores são visíveis, porém não são completamente limitantes, explícitas, únicas ou sequenciais. E principalmente, não se pode ter como algo estático, previsível ou apto a generalização.

1.3 PRIMEIROS CONTATOS COM O CAMPO DE PESQUISA

O que ocorre de fato, é que posteriormente ao ingresso no campo de pesquisa propriamente dito, o estudante espera (realmente) utilizar os referenciais teóricos conhecidos, “aplicar a teoria” e “testar a metodologia”, mas se encontra com um campo que em muito difere do planejado ou, diria, idealizado.

A quantidade de referências a este tipo de situação, onde o que se encontra em campo não dialoga com o que se esperava encontrar, é exageradamente vasta em antropologia. Apenas para ilustrar menciono relatos menos conhecidos de Adami (2008:24-27), Herzfeld (1992: prefácio) e praticamente todos os depoimentos vistos em Nordstrom e Robben (1995). Mas esta situação de surpresa ao tentar aplicar a teoria na chegada ao campo não é unânime, como pode ser observado em outro conjunto de teóricos, com trabalhos mais referenciados, que incluem Stafford (2000:56-57), Latour (2008:31-33) e Mead (1963:320-322), que, praticamente, aplicaram a teoria (ou metodologia) já conhecida, em seu campo, de modo a confirmar suposições prévias.

Em meu caso específico, eu saí do Brasil com a certeza de realizar um (futuro) trabalho de pesquisa comparativo. Inicialmente eu especulo realizar uma pesquisa comparativa embasada em um viés sociológico¹⁸, e posteriormente procurando estabelecer relações e trocas de saberes entre a teoria antropológica e a teoria da tradução. Eu não esperava realizar trabalho de campo naquele momento. Para todos os efeitos eu não estava indo pesquisar os movimentos sociais (ou realizar qualquer outra grande atividade de pesquisa visando um TCC), e sim realizar um intercâmbio acadêmico¹⁹. Meu (naquele momento) atual projeto de pesquisa não incluía a realização de trabalho de campo em Lisboa.

¹⁸ É possível afirmar que a crítica recebida durante uma primeira apresentação de meu projeto de pesquisa, exatamente pelo já informado (e não desejado pela academia) viés sociológico, influenciou minha decisão posterior, mas dadas as dimensões de meu envolvimento com os movimentos sociais ainda sem os referenciar como TCC por alguns meses, e pela escolha anterior por tentar estabelecer um diálogo entre antropologia e estudos da tradução, eu concluo que tal hipótese e justificativa são improváveis, ou no mínimo reducionistas.

¹⁹ Os possíveis impactos adicionais desta situação, ainda mais particular, são apresentados no decorrer do texto.

Ocorre que durante minha estadia em Lisboa, eu tive contato, tanto a nível acadêmico, como a nível pessoal, com as denominadas “manifestações sociais portuguesas”, por conta da insatisfação popular com as políticas de governo vigentes. Em nível acadêmico eu estava participando de um grupo de pesquisa²⁰ que observava os movimentos sociais populares portugueses, com maior zelo para aqueles que envolviam trabalhadores e estudantes universitários. E em nível pessoal eu fui afetado pela greve geral do setor dos transportes, notadamente representado pelo cancelamento de voos no aeroporto de Lisboa (ANA, 2012).

Meu contato acadêmico prévio com movimentos sociais até aquele momento era apenas teórico e limitado ao contexto brasileiro pós-ditadura e à revolução mexicana. A minha participação em manifestações sociais era até então inexistente. E o meu conhecimento sobre História de Portugal era restrito ao período existente entre a denominada “colonização da América” e a “Independência do Brasil”, o qual exclui, obviamente, a ditadura portuguesa, e principalmente o característico “25 de abril”.

Curiosamente, eu possuía contato prévio alargado com questionamentos a respeito de crises econômicas e financeiras de larga escala, assim como significativa leitura teórica de antropologia econômica e política. Era esperado, e suposto, tanto por minha pessoa, como entendo que, pelas orientadoras, utilizar tais referências, e notadamente buscar pelo diálogo destes autores com os autores sugeridos para análise de movimentos sociais. No entanto, durante a produção de conhecimento sobre os sujeitos que frequentavam os movimentos sociais, ficou-me evidente a urgência de tratar de outras questões que pouco ou nada dialogavam com teóricos de estudos em antropologia econômica ou política.

Saliento, portanto, que de modo algum, previamente ao contato com o campo, eu possuía qualquer intenção antecipadamente de alterar meu campo de estudo, e muito menos de me dedicar a analisar fenômenos sociais de atos de manifestação popular contemporâneos em Portugal. Destaco ainda a interferência e a agência do campo sobre as minhas decisões de prioridade e seletividade de pesquisa acadêmica. Não escolhi o campo, e sim, o campo, de certa forma, me escolheu,

²⁰ A participação neste grupo de pesquisa é fator fundante no desenvolvimento de minha pesquisa. E se torna evidente ao destacar que uma das pesquisadoras responsáveis pelo grupo acaba por ser uma das orientadoras de meu projeto de pesquisa que se tornou este trabalho de conclusão de curso.

pelos motivos que compreendo e primo por apresentar no decorrer dos próximos capítulos.

Uma primeira situação “problemática”, após um contato mínimo com o campo, remeteu a qual destino eu daria, nesta (futura) pesquisa, para as leituras já realizadas, que dificilmente agregariam grande valor a uma análise social nos moldes aos quais eu estava ingressando (salvo as leituras de antropologia econômica e política). E como adicional, acelerar a leitura de teóricos “clássicos” e “contemporâneos” da análise de movimentos sociais e desenvolver um conhecimento “mínimo” sobre a História (política) de Portugal.

Ocorre na sequência uma série de eventos, acompanhados por transformações de percepção teórico-metodológicas, que uma vez aqui explicitadas permitem demonstrar a impossibilidade de o pesquisador constituir fator decisivo para o desenvolvimento e recorte de seu corpo de estudo, ao menos, como alguns (Oliveira, 2008:97-99) questionam. Acrescento que esta situação de menor poder de decisão sobre o que, como e quando pesquisar é completamente dependente da abertura que o respectivo é capaz de fornecer ao campo, mas principalmente, de sua percepção sobre a relação que constrói com o campo.

Desta forma, sugiro em um primeiro momento, reforçar que a execução de um trabalho de pesquisa “secundário”, mesmo que temporário, pode influenciar o antropólogo a mudar o seu campo de estudo “principal”. Em algumas situações, como o meu caso, abandonar completamente uma pesquisa anterior, em avançado nível de desenvolvimento, tal qual a minha análise comparativa entre a “tradução cultural” (representada pela prática antropológica) e a “tradução literária” (representada pela prática de tradução de textos).

Além de que, fatores pessoais menores, e em tese reduzíveis a esferas “externas à academia”, como a perda de um voo particular, são elementos que, conforme o contexto apresentam possibilidades de intervenção significativa no dito “recorte de pesquisa”. A perda de um embarque, que foi provocado por uma manifestação dos trabalhadores do setor de transportes, acaba por me aproximar das manifestações populares. Aproximação esta que foi reforçada com a frequência no grupo de pesquisa sobre movimentos sociais.

Esta situação não deve ser vista como certa, visto que, mesmo em Portugal (e posteriormente em Florianópolis, como apresentado em Virgílio, 2013c, quando teço comparações entre as manifestações sociais de protesto portuguesas e brasileiras) realizei um segundo trabalho de pesquisa em campo (cf. Virgílio, 2013d, onde analiso práticas e discursos de masculinidade na região rural portuguesa de Samora

Correia durante os rituais de largadas e garraíadas de touros), interessantíssimo, e diria até que ainda mais “singular”, que não substituiu, ou cancelou a pesquisa que realizava junto com os movimentos sociais estudantis portugueses.

Por fim, eventos acadêmicos, supostamente externos a pesquisa acadêmica realizada, se é que tal “externalidade”, enquanto acadêmico existe, como a participação em uma disciplina adicional²¹, propiciam o contato com áreas temáticas singulares, que como foi a minha vivência, podem vir a se tornar decisivas para a definição do campo de estudo e/ou pesquisa.

1.4 RECONFIGURAÇÕES DO CAMPO

Uma vez reestabelecido em uma diferente “área de pesquisa”, e com novas leituras adicionadas, inicio a escrita de meu novo projeto de pesquisa. O qual é posteriormente avaliado, aceite e revisado pelas duas orientadoras, uma vinculada à UFSC e outra vinculada à FCSH-UNL.

As recomendações teóricas e metodológicas realizadas pelas duas orientadoras não são conflitantes. Normalmente ou são similares ou complementares entre si. Esta informação deve ser destacada pelo fato das respectivas professoras não se conhecerem, nem realizarem qualquer troca de correspondência, tanto antes ou durante a produção de meu trabalho de conclusão de curso, como até o presente recente. As produções acadêmicas e “áreas de pesquisa” também são, de certo modo, divergentes.

Eu compreendo que a professora Miriam Pillar Grossi, com sua larga experiência como antropóloga militante e feminista, além de significativa produção acadêmica na área de subjetividades me permitiu

²¹ O meu contato com o grupo de estudo sobre movimentos sociais na verdade se originou em uma disciplina do curso de mestrado em antropologia aplicada a qual eu assistia como aluno especial. Durante as aulas da disciplina respectiva, a docente comentou sobre grupos de pesquisas portuguesas. Esta conversa, já após o horário normal de aula, culminou na possibilidade de realizar campo “no estrangeiro”, opção que muito me interessava. A minha matrícula nesta disciplina se realizou pelo “simples” fato de antropologia aplicada, conforme os padrões norte-americanos, não ser desenvolvida no Brasil. O mesmo interesse eu possuía pela denominada antropologia biológica, que também não é largamente desenvolvida no Brasil. Dois pontos a serem destacados: dentre as duas áreas, o meu interesse e curiosidade (prévios) fora muito superior para a antropologia biológica, onde inclusive eu procurei nos primeiros dias em Lisboa pelo ingresso em grupos de pesquisa locais. Este interesse por antropologia biológica foi inclusive um dos fatores determinantes pela escolha de realização de intercâmbio acadêmico, uma vez que a respectiva disciplina é praticamente inexistente no Brasil, e a frequência em disciplinas com conteúdos similares (em cursos de ciências biológicas) é restrita na UFSC. Alerto que eu não possuía conhecimento da existência de antropologia aplicada em Portugal como linha de pesquisa.

acesso (concentrado) a um alargado conhecimento antropológico bastante singular e específico para atingir certo traço de perspectiva ao analisar o vivenciado em campo.

E identifico que a professora Ana Isabel Afonso, além de ciente da metodologia e técnicas particulares para a realização de trabalho de campo antropológico em movimentos sociais (ainda mais pertinentes e específicos para o contexto português urbano e contemporâneo), possui considerável pesquisa acadêmica no campo da denominada antropologia aplicada, que possibilitou me apresentar a toda uma gama de autores e teorias, que não apenas garantiu o “modo de realizar o trabalho de campo”, como direcionou o resultado deste trabalho para algo que não se finaliza na academia.

Desta forma, a orientação dupla, não apenas se mostra urgente para a prática desta pesquisa específica, como, em sua ausência ou parcialidade, eu provavelmente não conseguiria desenvolver uma série de considerações que aqui exponho, e principalmente permitir chegar a algo que remeta a um primitivo traço de vista.

Este coletivo de características, que em muitas situações poderia sugerir a inviabilidade (ou dificuldade de realização) da pesquisa com dupla orientação, com orientações tão (e não) independentes, a torna ainda mais “legítima” visto que é (em tese) garantido que não há intencionalidade mútua entre as partes sobre o campo de estudo, e principalmente sobre o método de pesquisa aqui apresentado, permitindo, como descrevo a seguir, elevado nível de agenciamento por parte de dispositivos inerentes ao campo²².

É esperado, que com este esclarecimento, perceba-se como de fato, não há construção prévia da aplicação da metodologia aqui sugerida, e que, o aceite pelo pesquisador, do convite realizado pelo campo para si é um dispositivo crucial para atingir esta posição analítica crítica.

Inicialmente eu iria analisar os trabalhadores E os estudantes manifestantes, idealmente na forma de uma “etnografia das manifestações e dos movimentos sociais contemporâneos portugueses”, mas quando finalizei o projeto de pesquisa, defini como sujeitos de estudo os “trabalhadores de Lisboa”, sendo posteriormente, limitado para os “trabalhadores do setor de transportes de Lisboa”. Outros dois recortes eram utilizados: por ação (participar de manifestações sociais) e

²² Não que não exista agência por parte do campo quando houver significativo nível de intencionalidade. O ponto central está em reforçar o isolamento deste tipo de variáveis na análise da situação.

temporal (entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013).

A justificativa para esta seleção remonta à maior frequência de manifestações dos trabalhadores, quando comparados aos estudantes, naquele momento e contexto específicos. No entanto, eu continuava a observar, e analisar, as manifestações dos estudantes, assim como todo um conjunto de outras formas de manifestação social (de professores, por exemplo), tanto para permitir maior base comparativa, como pela participação no grupo de pesquisa do qual eu fazia parte em Portugal.

Em uma das manifestações estudantis, como demonstro no recorte a seguir, ocorre abordagem à minha pesquisa (e indivíduo) por parte de um manifestante, que me identifica, após uma quase expulsão de minha pessoa da manifestação, e muito diálogo entre as partes, como um “estudante universitário brasileiro de antropologia, com algum interesse em política e movimentos estudantis portugueses”, e se categoriza como “estudante universitário português de ciência política, com algum interesse em antropologia e movimentos estudantis brasileiros”.

Continuo realizando anotações sobre a manifestação, quando percebo um jovem português cruzando a manifestação diagonalmente e se deslocando em minha direção.

Após ele perguntar sobre o “motivo da posse de um bloco de anotações” e posteriormente estar ciente de meus interesses acadêmicos, a carga de ameaça que Jorge carregava vai aos poucos desaparecendo e dando lugar a simpatia e certa dose de cumplicidade.

Esta cumplicidade se torna largamente ampliada, mais visível e é reforçada quando informamos as licenciaturas em curso e interesses acadêmicos de pesquisa.

Momentos depois de nossas apresentações eu sou capaz de perceber um segundo rapaz, o à minha direita, o qual eu sou apresentado.

Este rapaz havia sorratamente se posicionado entre o meu lado direito e as minhas costas, para me retirar (à força) da manifestação, se necessário. Nossa conversa, além de permanecer por toda a duração da manifestação, se estendeu em um café no Cais do Sodré por um par de horas.

(anotações pessoais, com adaptações)

Este sujeito, não apenas teve a iniciativa de me abordar, por me considerar como um possível invasor em seu espaço, como detém a capacidade de se incluir em minha pesquisa, sendo complementada esta ação pela “ousadia” de definir o método a ser adotado em minha pesquisa (que passa a incluí-lo).

Esta colocação e a reação posterior de meu interlocutor permitem um preciso, precioso e ágil desenvolvimento de minhas percepções sobre os movimentos estudantis portugueses, assim como o estabelecimento de uma série de contatos formais que são fundamentais em momentos posteriores de minha pesquisa. O respectivo informante se identifica (e me identifica) como estudante, pesquisador e potencial militante pela “cena” universitária, especificamente no que repercute a “direitos e políticas estudantis”.

Não somente me identifica como “potencial militante”, como também sugere que sou “parte daquele movimento”, pelo fato (para ele) óbvio, de estar pesquisando aquele grupo, sendo um estudante (de ciências humanas). Esta colocação, onde sou retratado como possível militante, abriu espaço para uma (primeira) reflexão que culminou na proposta pessoal de escrita de um capítulo inteiro desta monografia para tratar de “militância”, “intervenção” e “reflexividade”. Sendo que posteriormente foi alargada para ocupar maior espaço (e distribuição da apresentação da proposta) neste TCC.

Ressalto que, em momento algum prévio eu considerei tanto tratar o discurso da militância, como tampouco a hipótese de eu ser considerado (ou mesmo agir) como um militante ou ativista. Eu compreendo que esta situação somente ocorreu pela posse da abertura em deixar “ser afetado” pelo campo, como na proposta (e sugestão) de Favret-Saada (2005:159-161).

Era, até então, inconcebível a hipótese de eu, um (estudante) brasileiro, ser visto, tido ou aceito como parte de um conjunto de (estudantes) portugueses. Eu sempre teria um razoável nível de alteridade presente em minha pessoa, quando comparado com todos aqueles manifestantes. No entanto, eu descubro que além de um brasileiro, eu era um estudante (e agora, fora dos parênteses) de ciências humanas, e conforme as palavras de meu colega: “és principalmente um pesquisador interessado nas manifestações estudantis portuguesas”. O que me faz rever as categorias utilizadas na classificação de identidade minha, e de meus interlocutores.

Segundo meu interlocutor, eu não somente era parte da manifestação, como a perspectiva de recorte não deveria ser a minha nacionalidade, e sim a minha área de estudo, o fato de estar na

manifestação, mas principalmente pesquisar, com a abertura e participação, que segundo o respectivo eu apresento, no movimento social.

Antes deste esclarecimento, eu considerava improvável a hipótese de ser considerado, não somente “parte do grupo”, como a possibilidade de problematizar um trabalho de campo em ambiente com elevada identificação com o referido.²³

Em complemento, alcanço uma posição analítica, onde percebo que estudar os manifestantes estudantis, mesmo que em menor frequência do que os manifestantes trabalhadores, para a minha pessoa, naquele momento, poderia ser mais engrandecedor, proveitoso e singular²⁴. Desta forma, meus sujeitos de estudo são alterados para estudantes universitários de ciências humanas e sociais, em substituição aos trabalhadores do setor de transportes. Os recortes espacial (cidade de Lisboa), de ação (participar de manifestações) e temporal (entre 2012 e 2013) não são alterados. E eu permaneço acompanhando as manifestações trabalhistas, por permanecer vinculado ao grupo de pesquisas sobre movimentos sociais em Lisboa²⁵.

Em um segundo momento, já mais familiarizado, e íntimo de meus colegas de manifestação, eu recebo, deste primeiro interlocutor algumas sugestões de “contatos a realizar para a pesquisa”. Contatos estes, que após uma série de encontros e desencontros, acabam por me encaminhar a outros contatos, e estas pessoas a outras pessoas (e lugares²⁶). Eu estava utilizando, sem me dar conta, amostragem por bola de neve (cf. Goodman, 1961:148-150), que, se não problemático, era para minha pessoa, por ignorância, no mínimo indesejado.

²³ Pelas características singulares deste tipo de análise e abordagem metodológica, era um desejo pessoal antigo realizar trabalho de campo em algum cenário “doméstico” ou incluindo o pesquisador como sujeito de estudo. Reforço, que até a afirmação de Jorge, e mesmo depois de algum tempo desta fala, eu jamais considerei viável esta construção ocorrer comigo, em Portugal, no meio de portugueses. Foi necessário algum tempo de reflexão, e principalmente distanciamento do campo.

²⁴ Não tenciono que seja compreendido como um puro e simples “juízo de valor” entre estudantes e trabalhadores como “melhores ou piores” sujeitos de estudo. Eu como estudante universitário poderia atingir algumas colocações que talvez não fossem tão visíveis analisando trabalhadores. Ocorre uma oportunidade rara de (talvez) praticar “antropologia em ambiente (quase) doméstico”, que em muito me agrada. Sou ciente que outras colocações possivelmente seriam mais fáceis de ser atingidas analisando os trabalhadores. Fiz a escolha com o máximo possível das partes desta situação em mente.

²⁵ Posteriormente eu me dou conta que estes recortes pouco impactariam para a discussão finalmente realizada.

²⁶ Em algum momento futuro eu pretendo dissertar sobre a amostragem bola de neve não se limitar a uma rede de contatos “humanos”, realizando alguma analogia as sociedades de Gabriel Tarde e a ANT de Bruno Latour.

O principal ponto a ser destacado é que não somente o interlocutor se revela agente na pesquisa, ao ponto de ter a capacidade de se “auto incluir” como sujeito de estudo, ou ao fato de dirigir-me à inclusão de um capítulo inteiro em meu trabalho, como é ainda capaz de decidir a metodologia de pesquisa, como quando passo a receber interlocutores pela utilização (sem iniciativa própria) da denominada “amostragem bola de neve”.

Esclareço que até então eu possuía forte resistência pela utilização desta metodologia, por considerar tal recorte com alta probabilidade de estar “viciado” e pouco reprodutor de valores representativos da população analisada.

No entanto, posteriormente eu sou capaz de identificar várias limitações de minha preconcepção, sendo o primeiro, e óbvio, a clara orientação estatística, que não deveria ser fundante ou limitante para análise social, como o fiz, em antropologia. Um segundo avanço em minhas limitações remontaram ao fato de que as indicações de “próximos interlocutores” pelo meu interlocutor atual, remetiam a divergências de posicionamento político²⁷, o que claramente anula o possível vício de informação ao qual eu temia.

E por fim, há, de fato, similaridade entre os meus interlocutores: todos eles são profundamente inseridos no contexto de reivindicação estudantil portuguesa, mas este era exatamente o modelo de informante que eu procurava. Não há razão para evitar “um padrão de informante” quando este demonstra claramente ter a informação de que preciso para construir as minhas reflexões²⁸.

1.5 RECONFIGURAÇÕES DOS DISPOSITIVOS DE PESQUISA

Não obstante a “invasão” dos interlocutores no espaço que em tese é do pesquisador, onde se define a metodologia e o recorte de pesquisa, é perceptível que a proposta de discussão inicial, que visava analisar os respectivos como um movimento social e, portanto, partindo de leituras como Touraine (1981) acaba por ser substituída, por um

²⁷ Os meus informantes eram, em sua grande parte, membros de uma série de associações estudantis e juvenis de Portugal. Possuíam entre si disputas políticas e acadêmicas em diferentes níveis de esferas sociais (regionais, portuguesas e europeias). Alguns destes interlocutores nem mesmo “se falavam”, mas independente desta situação de inimizade, eu era recomendado a “falar com os outros”, de modo a desenvolver a minha pesquisa.

²⁸ Eu poderia ser questionado sobre porque escolher ou “aceitar” este “viés de entrada no campo”, em substituição a outros possíveis. O fato de eu ser um estudante universitário, e priorizar pelo discurso da antropologia em ambiente “familiar”, e pela discussão referente à militância pelo pesquisador (recém-descoberto), deve ser capaz de esclarecer tal dúvida.

discurso que preza pelas relações existentes entre o antropólogo e seu campo de estudo, notadamente, em meu caso, a sua proximidade com o respectivo, e quais as limitações e “vantagens” desta configuração.

Desta forma se torna claro que as teorias que eu estava “levando para o campo” eram insuficientes ou mesmo inadequadas para a proposta que o “campo me oferecia”. Uma vez que é constatada a situação de incompatibilidade entre teoria e campo, pode-se optar pela manutenção do discurso teórico em uso, tentativa de mixagem entre as duas teorias, ou aceitar a urgência da proposta teórica do campo. Optei pela última opção.²⁹

O ponto a ser destacado é a incapacidade do antropólogo em definir (ou selecionar) a orientação teórica e metodológica a utilizar em sua pesquisa. Mesmo possíveis readaptações dirigidas as “urgências do campo” acabam por poder ser revistas, como quando delimito meu campo para trabalhadores (já em substituição ao recorte anterior).

Além disso, de modo similar à minha prévia antipatia pela “amostragem em bola de neve” eu possuía relativa “repelência” pela utilização de recursos que remetessem à antropologia visual³⁰. Uma vez que meu campo era repleto de dispositivos com alta carga de informação visual, e conforme demonstro em outra comunicação (Virgílio, 2013e), os objetos são agentes das ações dos atores sociais, tornou-me urgente iniciar uma busca por textos que auxiliassem a análise de dispositivos portadores de discursos imagéticos. Esta situação somente me ficou mais evidente após uma intervenção do professor Pedro Prista³¹, onde fui convidado a “tentar analisar os objetos a partir de uma perspectiva de agência, e principalmente, na capacidade deles de impor limites (físicos, de área) aos sujeitos”, que acabam por inclusive definir a identidade dos respectivos perante a manifestação.

Em complemento, eu não prezava pela utilização da, e não possuo real interesse pela proposta de Bruno Latour para a agência de objetos, porém identifico como um dos mais adequados recursos para

²⁹ Esta problematização de breve “insuficiência da academia para o campo” é descrita mais adequadamente em um círculo de discussão organizado nas Jornadas Antropológicas da UFSC (Cirico Garcia & Virgílio, 2013).

³⁰ Esta “repelência” é resultado de ignorância pessoal e significativo desconhecimento das técnicas, metodologias e aplicabilidades do uso de antropologia visual. Eu reduzia, até então, a antropologia visual à “produção de materiais”, sendo incapaz de perceber a existência de toda uma carga teórica de “análise de materiais”. A “redução” a “materiais” como campo da antropologia visual é apenas ilustrativa, para este caso, onde foco nos dispositivos materiais. Tenho ciência da possibilidade de atuação junto a outras práticas e outros discursos.

³¹ Intervenção realizada, no ISCTE, em uma aula de Método Etnográfico, no primeiro semestre de 2013.

auxiliar a compreensão de parte de meu campo de estudo³². A relação de dependência entre os manifestantes e seus artefatos imagéticos é fundante, orientadora e limitante de suas ações.

Por fim, um de meus receios, referente ao intercâmbio acadêmico, que como já explicitado era o “real motivo” de minha ida a Portugal, remete à validação em minha universidade de origem das disciplinas frequentadas em Lisboa. Com especial atenção para as disciplinas “obrigatórias”. Para aumentar a possibilidade de validação, frequentei as respectivas em duas universidades distintas (FCSH-UNL e ISCTE-IUL).

Algumas destas disciplinas, como já explicitado, provocavam discussões sobre métodos de pesquisa, e definitivamente influenciaram parte de minhas reflexões teóricas e meus métodos de pesquisa. Tanto o aceite pela antropologia visual, como utilização de objetos como agentes sociais, foram sugestões de docentes de cursos de métodos de pesquisa³³ após ouvir sobre a minha pesquisa.

Esta situação, de frequência em um curso além daquele ao qual eu mantinha convênio (pela SINTER, da UFSC, que era com a FCSH-UNL), assim como a frequência nas cadeiras de mestrado em antropologia aplicada, foram cruciais, tanto para permitir um privilegiado, e incentivado, encontro com o campo, como para ter acesso a uma nova perspectiva quanto ao campo e que método utilizar.

Estas múltiplas perspectivas se unem em um traço de vista que me permite alargar as considerações sobre o observado em campo. Considerando a especificidade de obter, tanto a dupla (e a tripla) matrícula, como da singularidade deste interesse de acúmulo acadêmico, reitero a importância de analisar e problematizar o que é estudado, e como é estudado, partindo por quem estudou. O pesquisador não apenas não pode ser excluído da pesquisa, como ele pode ser utilizado e problematizado como parte da construção dos resultados da respectiva.

Permito concluir este capítulo, enquanto este busca levantar a questão que indaga se somos realmente responsáveis pelas decisões realizadas sobre os nossos campos, áreas e temas de pesquisa. Eu, por exemplo, não me deixei ser capaz de realizar mais do que breves ajustes as propostas de trabalho que o campo ia me sugerindo, em suas múltiplas formas, que estão espalhadas em dispersos momentos, por ação de inúmeros agentes.

³² Idem.

³³ Prof^ª Dr^ª Sónia Vespeira de Almeida (FCSH-UNL) e Prof Dr Pedro Prista (ISCTE).

Independente de meus interesses, tanto teóricos ou metodológicos, como temáticos, sejam prévios, ou mesmo redefinidos (como quando “eu escolho” pela utilização de determinado teórico, por exemplo, Alain Touraine, como orientação básica), a perspectiva que o campo pode me disponibilizar, pode ser completamente incompatível. É perceptível ainda a possibilidade de urgência de discutir problemáticas teóricas ou metodológicas as quais não se julgava existir em meu contexto de análise. Em complemento, não apenas discutir tais questões, como acabar por utilizar determinados dispositivos metodológicos que outrora seriam impensáveis.

Reforço que o campo não apenas me escolheu em substituição à hipótese de eu o escolher, como também praticamente definiu as “regras do jogo”, que são representadas pelo conjunto de metodologias de pesquisa adotado, assim como pelas orientações teóricas referenciadas, ou mesmo, pelo viés de entrada no campo³⁴.

Gostaria de salientar a que a proposta de Favret-Saada pode ser expandida para além de “afetar³⁵ o pesquisador e seus valores pessoais”. Identifico que não somente pode afetar o pesquisador, como também afetar o modo como o respectivo é inserido, como dialoga e como reflete sobre o observado em campo. Dito isto, reitero a urgência de não apenas “estar disponível para ser afetado pelo campo”, como também a importância de estar ciente desta opção e das múltiplas associações que ela permite surgir entre pesquisa e pesquisador.

Como explicitado, a metodologia de pesquisa, as orientações teóricas, e o campo, objeto e/ou sujeito de estudo acabam por serem definidos e afetados por agentes sociais, sejam na figura de interlocutores que estão inseridos no contexto de pesquisa, seja na representação externa à pesquisa, como os professores, ou colegas de curso, ou futuros potenciais interlocutores. Também são dimensionados por momentos e eventos vividos, como a realização de intercâmbio

³⁴ Eu tenho dúvidas, de fato, se o viés de entrada é majoritariamente definido pelo campo. No meu caso, por exemplo, eu possuía um elevado interesse prévio pelo estudo em “ambiente familiar”, mas pelo fato de inicialmente não vir a Lisboa para realizar trabalho de campo, talvez explique, parcialmente, porque eu não havia identificado a possibilidade de realizar tal pesquisa, sob esta análise, em um primeiro momento. Meu recorte de “ambiente familiar”, até então remetia a academia brasileira. Um interlocutor, como já descrito, foi quem me informou sobre esta existente identificação de pertença à academia, independente de limitações espaciais (ou temporais).

³⁵ Eu possuo preferência pela utilização de nomeações como “ser influenciado”, “sofrer interferência” ou “receber intervenção” em substituição ao “ser afetado” de Favret-Saada. Como o diálogo é expansivo à sua proposta, mantive a nomenclatura. Eu percebo a agência do campo sobre o pesquisador como algo mais agressivo e ativo do que a proposta de Favret-Saada.

acadêmico, a necessidade de realizar uma viagem aérea, ou a realização de pesquisas além de seu escopo central, mesmo que “temporárias”. E por fim, são ainda moldados por locais, quer sejam representantes ativos ou não na pesquisa, variando na configuração por mim observada, desde a múltipla frequência universitária, ao trabalho de campo adicional realizado, como ao fato de meu deslocamento inicial para Lisboa.

O ponto a ser destacado é a capacidade do campo, de não apenas afetar a metodologia de pesquisa, como, quando o pesquisador fornece abertura de tal interferência, permitir uma completa (ou pontual) revisão de valores conceituais e pessoais. Para a minha pesquisa eu posso citar tanto a utilização de recursos de análise oriundos da antropologia visual, como a sugestão de agência de objetos de Latour, a discussão pela militância acadêmica, e o aceite pela validade da metodologia de “amostragem por bola de neve”.

2 A SINGULARIDADE DE CADA CAMPO³⁶

Vivemos em um ambiente que prima por ser globalizado, unificado, padronizado, e ao invés de desenvolver melhores condições de vida, e situações estáveis para a sociedade, acaba por provocar as denominadas crises, e as catástrofes.

Ambas as situações solicitam uma ou mais análises sociais que busquem identificar causas, explicações e tentativas de compreensão, e na medida do possível soluções para tais eventos. É possível, esperado e recomendado que o antropólogo ou antropóloga, como cientistas sociais que são, sejam analistas nestas situações, permitindo a execução de uma de suas maiores características, que é a etnografia.

No entanto, realizar etnografia pode ser bastante complicado e peculiar, como os cenários inseridos em contexto de violências apresentados nas coleções de Greenhouse et al (2002) e de Nordstrom & Robben (1995), ou mesmo o observado por Marcus (1995:97-98) com a sua sugerida etnografia multi-situada, conforme o terreno onde o antropólogo se insere. O espaço é identificado contemporaneamente, como um dos provocadores de alterações metodológicas no nível de pesquisa.

Situações de guerras, conflitos e confrontos militares, políticos e religiosos tendem a serem exemplos cruciais de campo onde o “modelo de prática etnográfica” necessitou ser adaptado (Nordstrom & Robben, 1995:4-6), seja por questões de sobrevivência, seja por questões teóricas de (idealizada) melhoria dos resultados em campo.

Os movimentos sociais de protestos estudantis lisboetas apresentam significativo nível de confronto com as forças policiais, sendo que, em algumas das manifestações observadas, o contato físico entre as partes ocorre de fato, com perceptíveis danos corporais para os dois grupos envolvidos. Recordo ainda, que o contexto onde me identifiquei como pesquisador em antropologia para parte de meus interlocutores é precedido por uma tentativa de minha expulsão da manifestação pelos respectivos manifestantes, através do uso de força física e violência.

Acrescento que não foram poucas as pessoas interlocutoras as quais eu acabei por descobrir que foram presas ou hospitalizadas após

³⁶ Este capítulo foi parcialmente escrito após sugestões recebidas, do docente, na disciplina de “Leituras antropológicas: Crise e catástrofe” no ISCTE, no segundo semestre letivo de 2012, ministrada pelo Prof Dr José Manoel Ramos.

confrontos com a PSP, com algum destaque para as situações que envolveram encontros em frente à assembleia da república.

Pretexto assim, por dissertar sobre a temática, refletindo sobre a necessidade de existir maleabilidade nas “regras” e “práticas” antropológicas enquanto realizo trabalho de campo na forma de etnografia, e principalmente, nas construções a serem apresentadas após a realização do trabalho de campo, uma vez que tal revisão acabou por ser realizada durante a minha análise posterior dos dados construídos, sendo este texto resultado direto desta reflexão.

Não é suposto sugerir a alteração em definitivo das práticas antropológicas, tampouco sugerir que todo o terreno necessite de alterações drásticas de metodologia. No entanto, alerta-se para a ocorrência, em nível global, de inúmeros casos de conflito, confrontos em locais onde pode ser necessária (ou “convocada”), a intervenção (ou participação) do antropólogo e da antropóloga. Notadamente as representações coletivas denominadas movimentos e manifestações sociais.

Sejam as manifestações sociais estudantis, ou não, sejam movimentos sociais de protesto ou de apoio, podem acabar por ser o campo do antropólogo ou da antropóloga, tanto pela sua contemporaneidade, como pela ainda existente urgência de sua compreensão, ou até mesmo pela sua notável abertura para intervenção por parte do pesquisador (Touraine, 1990:11-15).

E mesmo apenas no recorte “manifestações sociais estudantis”, eu realizei breve análise comparativa (Virgilio, 2013c) entre as manifestações sociais contemporâneas de protesto brasileiras e portuguesas, dissertando sobre as especificidades metodológicas que cada contexto pode acabar por gerar. Adami (2008:22-24) já havia esclarecido que, apesar de similares, podem ser necessárias novas escolhas e usos metodológicos, para contextos, em tese, relacionados. E esta sim, segundo Hugo Adami, a capacidade de perceber, e fazer uso de tais adaptações, é que de fato é “fazer etnografia”.

As práticas “clássicas” ou, comumente aceitas e utilizadas podem não ser suficientes para a plena execução da atividade etnográfica. E nestes casos, as alterações necessárias podem ser bastante “contrárias” a preceitos conhecidos e defendidos pelo “senso comum antropológico”.

Não é a proposta discutir se as crises e catástrofes mundialmente, ou regionalmente conhecidas, como as manifestações estudantis de Lisboa, são de fato reais ou falsas crises, ou se a sua dimensão corresponde ao informado e divulgado. Tampouco será questionar tal situação entre eventuais exemplos aqui citados.

O ambiente, assim como os seus agentes, é capaz de moldar os sujeitos que com ele interagem (Bourdieu, 1990:53). Esse sujeito, que sofre um possível processo de “moldagem” pode ser tanto o sujeito de estudo do antropólogo como o próprio antropólogo. Ignorar essa capacidade, e possibilidade, de “ser afetado” do antropólogo, pelo seu campo de estudo, já é problemático em situações menos catastróficas de pesquisa, e pode ser crucial em um terreno que viva o momento de crise ou de confronto mais evidenciado.

2.1 SER AFETADO, ATIVISMO ANTROPOLÓGICO E TERRENOS SOB FOGO

Favret-Saada (2005:158-161) demonstra a urgência do antropólogo em estar ciente (e aberto) ao que denomina “ser afetado”, que pode vir a ocorrer em campo. Além do já proposto por Jeanne Favret-Saada, eu sugiro que o antropólogo ao definir sua metodologia de trabalho, considere que diferentes campos podem produzir diferentes níveis e tipos de influência sobre o antropólogo. Apenas “esperar” e “estar disponível” a influência do campo pode ser muito proveitoso como método de experiência, porém um “pouco” (mais) arriscado em terrenos com algum teor de violência. A abertura que Favret-Saada sugere pode (e deve) ser complementada por algo que busca o mesmo fim, mas por meio diferente. Marcus (1995:113-114) sugere que o antropólogo atue como “ativista” em determinadas situações, se assim identificar “melhor” retorno de resultados das práticas de campo.

O antropólogo, para George Marcus, ao realizar determinadas atividades de militância junto ao objeto de estudo, permite maior proximidade com o mesmo, podendo obter maior diversidade e quantidade de informações³⁷ e novos valores de desenvolvimento em sua pesquisa. Enquanto que para Favret-Saada é a primazia pelo inesperado, que no fundo está sendo esperado, “inesperado” este que pode ser utilizado como forma de obter desenvolvimento adicional na pesquisa, ao mesmo tempo em que se desenvolve com novos valores como profissional pesquisador.

Saliento que Favret-Saada em seu texto defende que as duas ações estão relacionadas, o desenvolvimento na pesquisa não pode ocorrer se não houver desenvolvimento (e envolvimento) pessoal do pesquisador, sendo este realizado pelo fato de “ser afetado”.

³⁷ Deve ser desnecessário salientar que eventuais juízos de valor não são o escopo deste material.

Marcus e Favret-Saada argumentam que suas práticas, que a meu ver são complementares e podem ser utilizadas em conjunto, não são aplicáveis em qualquer local, por qualquer pesquisador, da mesma forma, e o convite à prática da mesma ocorre mais como sugestão, do que, efetivamente uma recomendação. Não se propõe mudar as práticas antropológicas, e sim, adapta-las conforme o meio, pesquisador e momento vivido.

Percebo como as metodologias por Marcus e Favret-Saada são fundamentais no desenvolvimento de minhas conclusões sobre a pesquisa, a “abertura” para um maior envolvimento e participação junto aos manifestantes (como com todo um jogo de outros atores sociais, conforme já demonstrado) permitiu acesso a uma série de questões que eu jamais julguei, antes, existir, e que permitiram refletir sobre as situações vivenciadas em Lisboa. O segundo momento desta situação, a incentivada por Marcus, militância, pretende-se que seja visível após o término da leitura deste material.

A compilação organizada por Nordstrom & Robben (1995) é um acumulado de situações etnográficas “de risco”, em locais e com pessoas que, supostamente, podem ser um tanto quanto “pouco seguras” para o antropólogo ou antropóloga. Quer para a sua própria vida, quer para a sua pesquisa. São terrenos, e com sujeitos, que não facilitam a prática etnográfica, propõem novos questionamentos à mesma, e desta forma permitem a mesma se desenvolver para novas práticas, “evoluir” para novas aplicações, com metodologias, recursos e discursos que em muito podem diferenciar do esperado.

Este “salto” metodológico, que se torna “aceito” apenas em situações “especiais”, além de muito saudável para a manutenção da disciplina enquanto permanente (mas dinâmica) construção do saber, ainda permite demonstrar de um modo mais visível, a urgência de menor estruturação dos modos de trabalho de campo em antropologia.

Compreender de forma adequada estes “terrenos sob fogo” pode ser o maior desafio ao qual um antropólogo ou antropóloga pode encontrar, principalmente quando possui origem externa ao meio e toda uma concepção daquele meio construída previamente. Eu por exemplo acumulara as duas situações, uma vez que as minhas preconcepções incluíam me enxergar como externo ao grupo ao qual suscitava a minha pesquisa, além de uma série de percepções errôneas a respeito do campo, dos sujeitos, dos interesses, etc.

É preciso, portanto além de desconstruir suas “percepções do mundo”, desconstruir “suas percepções teóricas e práticas”. Em determinados casos pode ocorrer necessidade de pouca adaptação,

enquanto em outros, tudo o que até então era “conhecido”, cai por terra. Como já demonstrado no capítulo primeiro, os contextos de inserção ao campo podem provocar uma completa revisão teórica e metodológica. E em contextos mais singulares, notadamente, aqueles com algum nível de violência, e até onde percebo tal qual meu campo, além do observado por outros pesquisadores (Durão & Shore, 2010), o discurso político é um agravante para a situação de revisão metodológica, e de inserção como pesquisador-participante (idem).

Não é, portanto, possível, viável, desejável ou recomendável realizar a tentativa de compreensão de contextos onde a violência está inserida de forma tão intrínseca no meio, e nos sujeitos que lá se relacionam com as teorias e práticas “convencionais”. Sugere-se que terrenos em um momento de crise ou em situação de catástrofe (sejam prévios, recentes ou atuais) necessitam de condições de trabalho de campo bastante singulares conforme cada caso.

2.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO

A questão central não está em listar ou identificar tais situações, ou as analisar a fundo por terceiros, e sim, ter a percepção de que este tipo de situação ocorre, e que o antropólogo deve estar preparado, teoricamente e metodologicamente para tal confronto. A academia, em complemento, deve também ser capaz de lidar com isto.

A etnografia que é realizada em terreno “problemático” não se resume “apenas” a coleta de dados, análise de dados e “reflexão teórica”. Além disto, é necessário adaptar, previamente e/ou “on air” tais momentos, e também perceber como os nativos percebem o fenômeno da violência, tanto em contextos externos, como em seus próprios contextos. Em alguns casos, como aqueles relatados por Nordstrom & Robben (1995) pode ser possível identificar que os próprios nativos se encontram completamente desorientados quanto as suas próprias percepções do espaço onde vivem.

A situação de crise (ou catástrofe) muito mais do que mexer com os preceitos teóricos do antropólogo, transforma os valores e conhecimentos prévios dos nativos. O cotidiano inexistente, pois foi corrompido, abalado ou destruído devido à ocorrência da série de eventos. Identidades, valores, significados, esperanças e expectativas, projeções e padrões são perdidos ou desconstruídos.

O antropólogo então tem de estar ciente que não encontrará tais índices de modo “tão facilitado”, exposto ou evidente. É possível que

não os encontre, ou que encontre uma versão disforme, alternativa ou inexistente em momentos prévios. É uma questão de posicionamento teórico do próprio antropólogo ao decidir se estes “novos” valores devem ser considerados, ou admitir que as sociedades estejam em constante transformação, ou mesmo, buscar (o improvável) resgate ao conhecimento dos valores identitários e sociais prévios³⁸.

Mesmo conceitos e laços de união social que são “naturalmente” bastante resistentes, como ligações familiares e de parentesco, ou relações organizadas por questões de crença e religião, podem perder sua efetividade, funcionalidade, ou mesmo deixar de existir ou de ser confiável em situações de instabilidade extrema. É possível, e esperado, que os sujeitos de estudo demonstrem que eles não sabem até quando, de que forma, como e em quem confiar, por exemplo.

Um pesquisador que não se afirme e posicione como uma parte ativa, e presente, do grupo, nestes contextos é facilmente um dos primeiros laços a serem desfeitos pelas partes envolvidas. Uma vez que o “descarte” de parentes e amigos, que em suas palavras: “mais atrapalham do que ajudam, ao serem contra a participação em manifestações”, pelos mais diversos motivos podem ocorrer, o que dirá do antropólogo, que em muitos casos é quase que um alienígena, além de infiltrado e indesejado.

Em paralelo as dúvidas que as situações de crise, ou catástrofe, podem trazer aos grupos sociais, existem obviamente as necessidades de reconstrução, tanto dos valores e laços sociais, como da própria existência de cada indivíduo.

A inclusão (ou aceite) de agentes (em tese) externos ao grupo ocorre em momentos pontuais, de crise, e o aproveitar desta possibilidade de entrada, pelo antropólogo, que é permitida pelos sujeitos de estudo, não deveria ser alvo de contestação ou repúdio por aqueles que ousam querer praticar antropologia, notadamente por aqueles que não estiveram naquele campo. É sim, um claro chamado à autoridade etnográfica (cf. Clifford, 1989:118-119). Você não sabe o que eu passei e o que eu vi, ouvi ou fiz lá.

Eu poderia reconstruir uma descrição mais detalhada do que eu acredito que aconteceu, tal qual Geertz (1973b) ou Evans-Pritchard

³⁸ Eu pessoalmente não acredito na viabilidade prática deste tipo de intervenção. Percebo que na maior parte dos casos, por uma infinidade de motivos, este tipo de resgate é idealizado a suposições que enxergam as transformações culturais e sociais, sejam individuais ou coletivas, como um desenvolvimento quase que linear, sem ramificações (ou desvios), e com agentes muito bem conhecidos, pontuais e independentes. Esta discussão em muito supera este material.

(1992:21-28), de modo a declarar como eu acredito que entrei em campo, mas principalmente “como eu fui aceito” pelos meus sujeitos de estudo. Mas eu compreendo que não existe um “entrar em campo”, ou um “sair de campo”. Estamos constantemente reforçando e fazendo a manutenção (ou movimentação) de nossa posição.

O etnógrafo, com pouca ou nenhuma experiência em situações de crise ou catástrofe, pode neste tipo de terreno identificar o modo como os nativos reconstróem seus valores, suas expectativas e seus modos de viver e saber, para orientar-se em sua reconstrução de práticas e métodos de trabalho de campo.

Em uma análise de grossa comparação, ao mesmo tempo em que os nativos perderam os seus “norteadores de funcionamento social” após e durante a situação de crise e catástrofe, o antropólogo perde os seus “norteadores de orientação teórica e metodológica para realização de trabalho de campo”. É uma oportunidade única e singular para desenvolver a capacidade de real adaptação e aprendizado perante o sujeito de pesquisa e o campo de estudo realizado.

É uma aplicação prática e real da antropologia que há muito fora esquecida. O antropólogo não deveria apenas saber “como descrever o outro”, tal qual uma grande parte de antropólogos sugerem (e defendem em seus discursos e práticas). O papel do antropólogo é tentar, inutilmente, compreender os sistemas onde terceiros estão inseridos. A descrição é apenas um, dentre tantos, modos de tentar atingir esse saber. Alguns autores (Gellner, 1999:3-5; Reynoso, 2007:136-140; Verde, 2010:266-267) já evidenciaram essa incapacidade dos antropólogos contemporâneos, em “efetivamente praticar antropologia” e na insistência em reduzir a disciplina a quase uma prática literária de descrição (fabricada) “do outro”. O “aprender o saber do outro” foi perdido.

2.3 APROXIMAÇÃO JUNTO AOS SUJEITOS DE ESTUDO³⁹

Além de todos os fatos já apresentados, existe ainda a questão, que facilmente pode ser tida como central por antropólogos que apoiem uma antropologia da intervenção social, sobre a ignorância do antropólogo daquilo que pode ou não ser realizado “a favor” do outro,

³⁹ Esta parte final do capítulo, assim como a ideia central do próximo capítulo são desenvolvidos enquanto frequentava a disciplina de “Laboratório de antropologia aplicada”, na FCSH-UNL, no segundo semestre de 2012, ministrada pela Prof^a Dr^a Ana Isabel Afonso.

que facilmente pode ser identificado como vulnerável ou em situação problemática.

É questionável se o antropólogo deve manter-se afastado e inerte a percepção que inevitavelmente terá de indivíduos inseridos em situação violenta. Se o meio for extremamente violento, agressivo ou impõe valores e práticas que agridam outros seres humanos, é papel do antropólogo, tanto como profissional, como pessoa intervir.

E poucos são os atores e agentes que possuem esta opção como realidade e não apenas na forma de desejo ou discurso. Fica então, a critério do antropólogo, optar ou não pela intervenção, enquanto possível e viável for, quer impeça ou não a realização de seu trabalho de campo.

Tentar entender a violência observada no trabalho de campo como “experiência do outro”, e se afastar da situação é um tanto quanto conveniente e, de fato mais “simples” de ser realizado. Antes de optar por tal posição, o antropólogo deve estar ciente dos impactos sociais que está se sujeitando, e principalmente, sujeitando terceiros a receberem, tanto agora, como posteriormente.

Respeitar a “diversidade”, ser “relativista” e manter a distância não se resumem a ser cego aos eventos, ignora-los ou mesmo “aceitar tudo como se ocorre”. Não existe observação “mosca na parede”, toda observação é intervencionista, e se tal constatação é óbvia, não faz sentido alegar que não intervém para “reduzir, poupar ou eliminar o fator intervencionista da análise”.

O que de fato ocorre é, uma fraqueza e incapacidade do antropólogo, em dados casos, de intervir por receio a críticas posteriores ou por de fato não se identificar com os problemas dos outros. A primazia ainda pode ser para a academia, mesmo quando se “considera” a “existência do outro” no “cálculo de ponderações” do que, quando, como e por quem fazer.

Acaba-se por enxergar o grupo analisado da mesma forma que um químico analisa um composto orgânico. O campo é seu laboratório. A etnografia é seu método. Ignora apenas que o químico tem ciência que sua análise provoca intervenção no composto químico, e tenta calcular os impactos e os reduzir, porém a posterior de seu trabalho pode, e provavelmente tentará resolver problemas, quer seja para si, quer seja para (a análise de) um composto.

O antropólogo que ignora a sua capacidade e o seu poder de intervenção e influência não passa de um garoto com um kit de química que brinca em sua garagem. Não é um “cientista”, seja lá, a definição que queira ter e ser do termo.

Esta intervenção pode ocorrer no formato de algo mais “disfarçado”, com reconhecimento mais acelerado, tal qual algum retorno para as partes envolvidas, como o trabalho do professor Paulo Granjo (1994 e 2004), ou ocorrer como algo mais “explicitado”, porém com resultados, bastante “atrasados” e distribuído, como a proposta que faço (Virgílio, 2013a e 2013b) para iniciar um tratamento ao problema de assédio moral em call centers em Florianópolis⁴⁰.

Em ambos os casos, a principal preocupação dos pesquisadores remete a determinadas situações (indesejadas) que podem acabar por provocar nos sujeitos de estudo no intervalo de tempo que existe entre a publicação do material e a efetiva ação de um agente externo e superior (Estado) na causa raiz do problema. O antropólogo deve ter noção do tipo de impacto, e do atraso de seus efeitos, que provocará ao agir “por terceiros” ou em conjunto com eles.

2.4 PERDA (OU FIM) DO CAMPO OU DOS SUJEITOS DE ESTUDO

A pesquisa realizada em campo que se encontra em situação de risco possui outro fato, este sim, de esperado, prévio conhecimento dos antropólogos: O risco de extinção de seu objeto de estudo. Quando a discussão antropológica poderia remeter à denominada “antropologia da salvação”, que de fato foi praticada por antropólogos como Alfred Kroeber (1925) era comum à chamada a possível extinção do objeto de estudo.

O que ocorre no trabalho em terreno com situação de crise, assim como as manifestações sociais, que são desejadas como temporárias e idealizadas como termináveis em sua própria função primária, é similar, mas não limitado apenas ao “futuro objeto de estudo” e sim, “alargado” para a pesquisa corrente.

Além do risco iminente de a situação de crise, catástrofe, guerra, conflito ou confronto atingir maior desenvolvimento, possibilitando a destruição total do campo de estudo, e por consequência de boa parte dos sujeitos de estudos, existem outros “limitadores” que o antropólogo pode se deparar, desde remoção de seu acesso ao campo, perda de contatos chave, etc.

Para evitar e contornar estes incidentes, o que é realizado pelo antropólogo, neste tipo de ambiente, é a redução temporal, tanto de sua pesquisa, como de seu convívio com os nativos. Uma aceleração é

⁴⁰ Que de fato, ainda depende da publicação de outros dois materiais. Ainda estão em fase inicial de produção.

imposta em seu método de trabalho, a fim de evitar ou reduzir a possibilidade de o mesmo ser interrompido antes de estar finalizado.

Para o meu caso específico, conforme já descrito, alguns atenuantes são identificados, desde sujeitos que apenas aceitavam “conversar” durante as manifestações a indivíduos que eram presos ou hospitalizados. Para o primeiro caso, há todo um conjunto de “dificuldades” imposto em tentar realizar um diálogo, entrevista ou conversa durante uma manifestação, tanto no que repercute a recursos disponíveis, como a interferências de ordem externa (e interna). Já para o caso de sujeitos presos e/ou hospitalizados, remete facilmente para a perda de contato, sendo que não raro é a interrupção de uma comunicação que acabara de atingir algum avanço, mínimo.

E o fato do antropólogo, ainda se manter em sua situação, quer admita ou não, posição (e status) diferenciada perante os nativos, e de fato, privilegiada, não permite ao pesquisador obter as mesmas percepções sobre a violência que os nativos são supostos de possuir. Com uma ou duas ligações telefônicas, e em poucas horas, o antropólogo está fora do campo, e em segurança no conforto de sua academia.

Eu, se assim desejasse, abandonava a manifestação e simplesmente voltava para casa. Para todos os efeitos, eu ainda poderia “convocar” a minha identidade de estudante estrangeiro e dizer que nada sabia sobre a manifestação e que mal conhecia Lisboa. Repare que não é tão somente uma questão de autoridade, e sim de alteridade no que repercute o distanciamento antropólogo e nativo. Quase que independente do contexto.

O nativo, não possui esta singular capacidade de “deslocamento da situação de violência”. Nos exemplos apresentados por Nordstrom & Robben, por exemplo, são raros os autores que problematizam esta situação, porém não podem, e de fato não abririam mão deste “privilégio” por uma “melhor antropologia”. Até porque não se tem qualquer garantia de que se obtenha uma “melhor antropologia”, ou qualquer antropologia, com antropólogos mortos, presos, hospitalizados, deportados ou com risco de morte.

A questão envolvendo a alteridade entre o antropólogo (na figura “daquele que faz a pesquisa”), e o nativo (na figura “daquele que é a pesquisa”) é identificável no discurso crítico de alguns teóricos brasileiros (Ramos, 2007:8-10; Ribeiro, 2006:152-154) quando expressam a preocupação sobre uma antropologia que prima pelo estudo do exótico. Compreendo que o desenvolvimento que este protagonismo de recorte de pesquisa projeta não é de todo positivo no que tange o

alargamento da perspectiva antropológica. Não somente não deve o antropólogo cair na armadilha da tentação de “pesquisar somente, ou primariamente, o exótico”, como deve ser capaz de problematizar as situações tidas como “familiares”, tal qual a proposta de Velho (1978:37-42).

Tanto Ramos (2007), como Ribeiro (2006) sugerem como “antropologias periféricas”, não-hegemônicas, as quais, incluem aqueles realizadas por antropólogos e antropólogas “nativos” emergem cada vez mais e permitem o alcançar de novas perspectivas de análise. Esta emancipação de uma prévia “dependência” (de capacidade de análise crítica) do antropólogo enquanto “outro”⁴¹ é esclarecedora sobre a pertinência da não redução da metodologia a ser utilizada em campo pelo pesquisador.

Não somente a metodologia do trabalho de campo não pode ser restrita a padrões canônicos (Virgílio, 2013a:11-13), como o nível de alteridade, e os interesses pessoais, entre pesquisador e pesquisado não podem ser fixos e imutáveis. Para o meu campo específico, tanto a metodologia que primo por defender, onde o antropólogo é parte da pesquisa, como instrumento, e como fonte de informação (em tentativa de diálogo com Wall, 2006 e Cohen, 1992), como a identificação (e posicionamento do antropólogo) se mostram flutuantes. Saio da situação de “pesquisador estrangeiro, invasor e estranho, na manifestação” para “estudante militante, que é parte, dita como crucial e ativa, no movimento”.

Um primeiro desenvolvimento permite sugerir que este deslocamento não deve se reduzir ao “estar em campo” e “estar analisando o campo”, e sim remetendo a algo na linha de “ser capaz de analisar o campo a partir de múltiplas perspectivas e posições, ora como pesquisador, ora como sujeito de estudo, ora como pesquisador que é sujeito de estudo”.

Ocorre ainda, um segundo deslocamento, onde o antropólogo além de praticar o deslocamento epistemológico, pratica um deslocamento de funcionalidade. É preciso ter em consideração que cada antropólogo ou antropóloga atingirá diferentes pontos de vista, e diferentes pontos de contato com o campo e com os atores ali existentes.

Estes diferentes posicionamentos/pontos de vista, uma vez alternados pelo analista social permitem traçar os primeiros rascunhos de um traço de vista, que permitirá uma análise mais “ampla” do observável em campo.

⁴¹ A inversão de posição relativa para o “outro” é intencional.

O deslocamento de funcionalidade se torna perceptível quando o pesquisador problematiza as relações que constrói com o campo. Notadamente tendo em conta que estas relações são variáveis com cada “identidade” de pesquisador ou pesquisadora.

Esta situação, em meu campo, se torna visível quando questiono a singularidade de minha situação acadêmica em Portugal, visto, por exemplo, que eu assistia aulas em duas universidades diferentes, e parte das reflexões que atingi foram possíveis após o contato com os docentes destas “turmas adicionais”, como já apresentei.

2.5 ANTROPÓLOGOS “NATIVOS”

Um modo levemente “eficaz” de contornar a situação envolvendo a limitação de acesso ao campo, pelas particularidades deste, é quando o próprio antropólogo é residente ou originário da situação, ou encontra-se em situação, em tese, próxima a do nativo. Esclareço que ter vivido 2-3 anos da infância, ou ser bisneto de um suposto nativo não torna o antropólogo nativo, como alguns “antropólogos nativos” gostam de se afirmar. E viver antes da situação de crise, acompanhar a mesma à distância por 2-3 anos, e depois resolver fazer campo, já com toda uma invenção histórica carregada na mente não é tampouco de grande valia.

A pertença a uma classe social (ou casta) infinitamente superior ao corpo (ou parte do corpo) de sujeitos de estudo também não é uma mais valia. Toda essa pré-construção de valores e conceitos sobre o campo tem de ser removida⁴². Esta noção de identidade, “muito bem definida, clara, e ancorada a partir de um número reduzidíssimo de pontos” é criticada, e entendo que superada, pela noção de intelectuais cosmopolitas de Appiah (1996), onde o autor sugere não somente uma identidade que transcende um eventual ponto de pertença, como permite a reflexão sobre uma pertença múltipla, tal qual a que eu observo quando transito de “pesquisador brasileiro que é infiltrado” para “estudante de ciências humanas que é integrado”.

Acreditar (previamente) que possui valores compatíveis aos dos nativos somente piora a situação. Um antropólogo externo, ciente que não possui tais valores, e que tente os conhecer é de mais valia que um

⁴² Refiro-me a Mysore Narasimhachar Srinivas, Edward Said e todo esse conjunto de antropólogos autodeclarados e/ou “tidos como nativos”. Notadamente aqueles que utilizam de sua “natividade” como discurso legitimador de suas conclusões. Note que, neste material, eu não critico a restrição de campo, ou o protagonismo de pesquisa a “nativos”. A crítica reduz-se a avaliar determinadas conclusões (da pesquisa, tidas como científicas) por critérios tidos como de pertença e/ou identidade.

antropólogo automaticamente declarado, por si, como “nativo” e que deduz ser um profundo conhecedor daqueles que estuda. Alguns exemplos podem ser encontrados na coletânea organizada por Jackson (1987), especialmente na construção de múltiplas identidades comportamentais que Mascarenhas-Keyes (1987) com tanto orgulho e satisfação apresenta. Uma segunda leitura que contribui neste sentido é Narayan (1997), por fornecer clara crítica aos supostos “antropólogos nativos”, remetendo, como método “paliativo”, a utilização de “reais nativos” como informantes, mais ou menos nos moldes do demonstrado por Turner (1970) com seu interlocutor Muchona.

O “antropólogo nativo”, quando de fato o é, possui alguns diferenciais perante antropólogos externos, que tanto podem ser positivos, como negativos, e não necessariamente esses positivos e negativos sejam universais. Cada meio propicia e impede determinadas ações, comportamentos e análises que não necessariamente correspondam ao observado em outros campos ou situações de conflito.

Para o meu caso específico, ser estudante (e pesquisador) é um valor positivo, e reconhecido por todos. E em um contexto político de disputa, onde a palavra tem poder, observei interesse de meus interlocutores em falar com alguém que passasse a frente aquelas informações transmitidas ao pesquisador.

Observei em que a escolha das lideranças dos movimentos se dividia basicamente entre falar com pesquisadores ou com repórteres. Percebi que eu era visto como uma boa opção de interlocutor para muitos manifestantes porque os demais pesquisadores que encontrei em campo eram externos à faculdade, e principalmente, mais velhos, e que repórteres eram vistos como suspeitos e sobre os quais os manifestantes tinham sérias restrições sobre o que eles “queriam ouvir” e ao que, como e onde “é publicado”. Assim minha posição de antropólogo brasileiro e jovem me permitia ter uma escuta privilegiada no campo dos movimentos sociais portugueses.

O “antropólogo nativo” deve ter ciência de sua situação singular, e realizar todo o seu trabalho com tal referência clara e definida. Alguns autores abordam essa temática, nomeadamente no contexto da antropologia urbana, pois é o meio comum de origem de muitos antropólogos ocidentais (e não da zona rural ou selvagem, por razões óbvias).

Variados identificadores de dificuldade de realização de etnografia em “terreno conhecido” podem ser encontrados em Strathern (1987), os quais não se resumem a antropologia urbana. Já, no campo da antropologia urbana, especialmente para o contexto brasileiro, porém

com possibilidade real de adaptação para nativos de outros campos, Gilberto Velho (2002), acompanhado de outros teóricos (Cardoso, 1986; DaMatta, 1987; Durham, 1984; Magnani, 1984; Velho, 1979) demonstra algumas características de tal prática (etnografia urbana) e a pertinência deste recorte de pesquisa na prática antropológica que se evidencia na discussão da teoria antropológica brasileira durante as décadas de 70 e 80.

Eu retorno que nem toda a situação de crise, ou catástrofe, pode ser “deduzida” ou identificada previamente pelo antropólogo. É possível que em determinado contexto, para determinada situação, com determinada rede de interlocutores, ocorra situação de crise, catástrofe com o antropólogo, ou pelo fato do mesmo estar demonstrando tentativa ou resistência de ingresso no grupo estudado.

Uma situação muito particular deste tipo é demonstrada no estudo de caso de Adami (2008) entre os Hare Krshina, quando o pesquisador ao tentar se inserir no grupo (no exemplo espanhol), de forma apenas “parcial”, não é bem visto por parte do grupo, e, portanto é condicionado a determinados comportamentos por imposição e uso de força física. Curiosamente, quando realizou “similar ação” no Brasil, de modo prévio, o comportamento havia sido diferente, logo, não esperava tal comportamento no cenário espanhol.

Para o meu caso, como já explicitado, eu nem mesmo esperava realizar esta pesquisa, naquele momento, naquele contexto, e naquelas condições. O aparato de suporte teórico mais especializado que me acompanhava, em muito era distante do que eu levaria para “trabalhar com movimentos sociais estudantis”. Tenciono afirmar que não teria atingido as mesmas conclusões, e principalmente não sei se tomaria as mesmas posições, se tivesse chego (a campo) de outra maneira e com outro conjunto de teorias e metodologias.

3 PRESSUPOSTOS CLÁSSICOS⁴³

Pelas concepções clássicas da antropologia (Kuper, 1994a:541-543), é esperado que o antropólogo, em sua ida a campo, mantenha-se “distante” daqueles que pesquisa, idealmente, classificando-os como “objeto de estudo”, de modo a garantir o distanciamento necessário para análise dos fatos e práticas sociais que busca compreender. São de fato, reduzidos os autores que problematizam esta situação (Crapanzano, 1985 & 1994:71-74).

Este distanciamento impede o antropólogo de formar laços e principalmente de intervir no grupo social pesquisado. Outros antropólogos (DaMatta, 1978:27-28) vão além, e não somente sugerem esse afastamento, como sugerem “tornar exótico o familiar”, idealmente buscando uma “desnaturalização” de determinadas categorias, comportamentos, percepções e conceitos.

Desta forma a prática da antropologia limitar-se-ia à análise do outro, ignorando a possibilidade de identificação de “problemas” que possam ser reduzidos ou mesmo solucionados. O argumento principalmente apresentado, conforme Kellett (2009:25-28) sugere que a ausência de atividade de intervenção remete a necessidade de o antropólogo ser relativista ao extremo enquanto observa seu objeto de estudo.

Para Kellett (2009), não é necessário, ou mesmo fundamental, que o antropólogo abdique das possibilidades de “auxílio” à comunidade pesquisada enquanto realiza suas atividades de pesquisa. Além disso, em determinadas situações, Alexander Ervin (2000:139-141) e Nancy Scheper-Hughes (1995:436-439 & 2007) afirmam que o antropólogo “ativo” possuiria “vantagens” quando comparado ao antropólogo, apenas observador. Pressupõe-se deste modo uma possibilidade de extensão da antropologia aplicada, e no modo como tal formato pode ser realizado, através da prática de militância antropológica.

Albert (1997:57-58) também alerta para como o antropólogo e a antropóloga não podem se dizer como omissos de posicionamentos perante aqueles que estudam. O “projeto científico” possui valores éticos e políticos. A relação do próprio Bruce Albert com Davi Kopenawa, tanto em nível de militância, como em nível de co-produção acadêmica é um claro exemplo de seu posicionamento.

⁴³ Este capítulo surgiu após comentários recebidos, da docente na disciplina de “Laboratório de antropologia aplicada” na Universidade Nova de Lisboa, no segundo semestre letivo de 2012, ministrada pela Prof^a Dr^a Ana Isabel Afonso. O termo “torre de marfim” foi tomado emprestado de uma apresentação da respectiva docente.

3.1 A TORRE DE MARFIM E O ANTROPÓLOGO COMO MILITANTE

O antropólogo, assim como outros cientistas, em muitas vezes, se considera como isolado completamente de seu “objeto de estudo”, e assim, na maior parte dos casos, deseja permanecer. Seja por se considerarem “diferentes, especiais ou superiores”, seja por de fato não perceberem ou concordarem com a saída da suposta “torre de marfim”, que alguns acreditam pertencer.

A crença por este suposto isolamento analítico acaba por permitir iniciativas que sugerem alguma capacidade (do pesquisador) de neutralidade e objetividade. A confusão que envolve este nível de “alienação de orientação teórica” é mais facilmente perceptível em outras áreas de pesquisas científicas, de onde, inclusive se herda a crença pela posição na dita “torre de marfim”.

Este conjunto de “práticas de pesquisa científica” se torna ainda mais indesejável quando o cientista⁴⁴ busca alcançar alguma objetividade nos resultados de sua pesquisa quando preza por remover qualquer perspectiva que possua algum nível de subjetividade.

Peter Kellett (2009) questiona se realmente ao se tornar um defensor dos grupos que estuda o antropólogo não perderia ou alteraria a sua capacidade de análise e síntese? Porém ele mesmo conclui afirmando que o antropólogo deve ser defensor do grupo, pois isto é o esperado pelo grupo. Para o autor toda a atividade antropológica possui automaticamente alguns objetivos e algumas metas, e estaria esta atividade fadada ao fracasso, se do contrário agisse.

Para Nancy Scheper-Hughes (1995), um antropólogo ou antropóloga ativamente político, é um posicionamento moralmente correto e possui “vantagens” na prática e na pesquisa quando comparado com alguém que se “mantém em sua torre de marfim”.

Um observador de movimentos sociais de protesto, como eu, que apenas deixe as manifestações lisboetas passar, e que não se envolva, é para todos os efeitos apenas “alguém que pode ser convidado para ingresso”, ou “alguém que prima por tentar fazer com que deixe de ter a

⁴⁴ A utilização de categorias: “o antropólogo”, “o cientista” e “o pesquisador” são restritos ao masculino porque estão direcionados aos teóricos que são incapazes de perceber a sua ineficiente tomada de posição analítica adequada. Desnecessário informar que inúmeras teóricas feministas problematizam exatamente sobre a pertinência em se considerar os aspectos inerentes às reflexões sobre a subjetividade que elas estão presentes em suas pesquisas, conforme já exposto por Sardenberg (2004:29-30).

posição de alguém “externo” à manif⁴⁵”, ou, nas palavras de meus interlocutores, provavelmente irá ouvir: “Sai do passeio! Vem pro meio!”⁴⁶”

E em um caso ainda mais específico, que é exatamente o que eu passei em Portugal, se “convidado” ou “incitado” a “se afirmar como parte do movimento” tem aí a sua “prova de fogo”, onde afirma ou nega seu interesse e identificação com os sujeitos de estudo. Ressalto que minutos antes de ser incluído como parte da manifestação eu estava sendo ameaçado de ser expulso da respectiva.

Deste modo, cedo ou tarde, ao perceber este “convite”, o pesquisador é forçado a decidir se irá entrar ou não no grupo, mesmo que, em uma posição de liminaridade (cf. Turner, 1969:96-97) inicialmente. Esta posição pode ou não transitar com maior força para uma “identidade” mais “nativa” ou menos “nativa”. O que eu reforço é que esta maior ou menor “natividade” não deve ser vista como dotada de maior ou menor “cientificidade”, ou maior ou menor “acesso a informações”⁴⁷. As “posições” referenciais possuem científicas⁴⁸ diferentes, e acesso a informações diferentes, não necessariamente em quantidade ou níveis (qualitativamente e hierarquicamente) diferenciados.

Esta situação de “escolha e seleção” de perspectiva pode (e deve) ser problematizada pela teoria antropológica. Este é um exemplo claro de aplicação da teoria antropológica, na e para a pesquisa. É necessário aplicar a teoria antropológica, e sua discussão deve ultrapassar os limites da academia. Do contrário toda a discussão teórico-antropológica é tida como algo limitado a si mesmo, sem real funcionalidade.

⁴⁵ Termo nativo que pode ser utilizado tanto para remeter a manifestação como corpo social, ao coletivo de pessoas em deslocamento ou ao discurso de protesto. Apresentei em uma disciplina na FCSH-UNL, um brevíssimo relato das problemáticas, e das vantagens, que este tipo de isonomia pode provocar. Esta discussão não agregaria grande valor a presente proposta. Este termo não existe no contexto de manifestações brasileiras. Ele é, segundo os meus interlocutores em Portugal, uma recorrência do observado nas manifestações francesas.

⁴⁶ Este é o principal chamado onde se visa o convite de eventuais observadores das manifestações, para inclusão no corpo das respectivas. Foi através da audição deste tipo de abordagem que me senti apto a ingressar na manifestação. Porém, como já problematizado, este não foi, de fato, o momento onde fui “aceito”, ou onde tive um primeiro contato como “parte do movimento”. O “equivalente brasileiro” contemporâneo é “Vem pra rua!”. Sobre esta (não) equivalência, consultar Virgílio (2013c).

⁴⁷ Este “pequeno” esclarecimento pretende prevenir eventuais acusações de intencionalidade prévia sobre a construção do sentimento de pertença ao grupo pesquisado e/ou eventuais sugestões de meu comportamento ser realizado como forma de “garantir” a continuidade de minha pesquisa, que poderia ter sido ameaçado pela tentativa de expulsão de campo.

⁴⁸ Com todas as aspas possíveis que este termo deve carregar.

Assim como esta atividade de reflexão sobre o vivido em campo, sobre todo um conjunto de escolhas feitas, a ação do antropólogo como militante e/ou defensor é uma possibilidade de aplicação do campo da antropologia. Schepher-Hughes (1995), por exemplo, afirma que se não for possível discutir instituições sociais ético-moralmente, a antropologia torna-se logo algo inútil e sem sentido. O antropólogo deve reconsiderar a hipótese de ser “neutro”, ser “frio” e ser “racional”.

Eu questiono esse conceito de “vantagens” do engajamento, penso que é uma questão de perspectiva. São funcionamentos e construções diferentes. O juízo de valor desta feita imposto não tende a agregar grande discussão e sim incentivar uma competição entre os diferentes níveis e posicionamentos de “natividade” por parte do pesquisador e da pesquisadora em antropologia.

Peter Kellett (2009) sugere que o antropólogo deve ser defensor e agir como “representante” daquele que estuda. Afirma ainda que o comprometimento pelo melhor desenvolvimento do mundo não substitui ou impossibilita a tentativa de melhor compreensão do mundo. Schepher-Hughes (1995) complementa a afirmação de Kellett, quando informa que é talvez desejoso abandonar a ideia de não intervenção, por um suposto “comportamento ético” quando os objetos de estudo estão em situação de vulnerabilidade ou fraqueza, por exemplo. E a autora ainda informa que os “nativos” esperam realmente que aquela pessoa com quem dialogam faça algo por eles, ajude-os a resolver seus problemas. Consideram tal situação como o mínimo de reciprocidade.

Não apenas como uma questão de reciprocidade para o campo, ou para o sujeito de estudo, não que tal opção seja descartada, mas também sugiro que o que de fato acaba por acontecer é uma limitação das possibilidades de prática etnográfica e antropológica, que é provocada por um movimento de resistência formado por reacionários acadêmicos.

Para Schepher-Hughes (1995), é preciso que o antropólogo supere a ideia de “sentar a observar os ritos nativos”. Deve intervir, conforme o necessário. Questiona se de fato existe qualquer validade ou necessidade do antropólogo “aguardar” para ver o que ocorre. Considera que a etnografia pode e deve ser utilizada como uma ferramenta para permitir reflexão humana.

Não somente a etnografia, mas conforme o exposto por Cohen (1992), o próprio antropólogo é viável de se tornar um dispositivo mais claramente intervencionista e participativo na percepção sobre o outro. Primar por uma “exclusão epistemológica”, por um distanciamento para “não provocar contaminação” ou “interferência” é de uma inocência tão

elevada, como sugerir que antropólogas e antropólogos não são portadoras e portadores de qualquer nível ou tipo de intencionalidade.

Como Scheper-Hughes alerta, nem todas as “diferenças” devem ser explicadas pelo fato de o objeto de estudo ser “outro”. E acrescento que se desejamos ser (realmente) éticos, que o sejamos, porém orientados para o “outro”. A opção por “não envolvimento” é uma ação que deve ser analisada pela moral e ética, e a não ação do antropólogo é que pode permitir a continuidade de uma série de desigualdades, injustiças e “falhas sociais”, dos mais variados tipos, nos mais diversos níveis e em múltiplas e sobrepostas configurações.

Para o antropólogo ou antropóloga militante, a antropologia não deve ser nem um campo de disciplinas, nem um campo de ação, mas sim um campo de resistência (Scheper-Hughes, 1995). Eu saliento que este posicionamento de “pesquisador ou pesquisadora militante” é facilitado em determinados contextos, e em alguns casos, como quando o antropólogo ou antropóloga está “apenas de passagem”, por determinado intervalo temporal. A pesquisa que realizei em Lisboa pertence a este tipo de configuração.

Na impossibilidade, e no término, deste tipo de atuação, por qualquer razão que a seja, a reflexão sobre este posicionamento, e principalmente o aceite, esclarecimento e o incentivo por esta prática a outros pesquisadores e pesquisadoras deve ser capaz de preencher algumas lacunas que ficam em aberto, quando “voltar para casa”, e “perder” a sua natividade e/ou os “seus” nativos.

Este trabalho de conclusão de curso é uma demonstração deste tipo de incentivo a terceiros. Espero que uma vez que estou, impossibilitado de continuar em campo com os meus interlocutores após o meu retorno ao Brasil, que este material permita a reflexão de eventuais colegas estudantes de antropologia sobre diferentes modos de realizar o “trabalho de pesquisa em campo”.

3.2 EXPECTATIVAS SOBRE A MILITÂNCIA ANTROPOLÓGICA

Assim como uma coleção de militantes antropólogas e antropólogos, Scheper-Hughes claramente é afetada pelo que observa e vivencia em campo. A possibilidade de crítica automática ao envolvimento que a autora demonstra pelo seu “objeto de estudo” seria evidente para alguns autores orientados por vieses mais clássicos e menos contemporâneos, que primam pela “objetividade” científica, mas ao invés de criticar a autora, criticam-se seus argumentos (como, por exemplo, Taylor, 2007), que são tidos como limitados ou incorretos.

A crítica de Taylor sobre a posição de Scheper-Hughes a respeito da doação (e recepção, mas principalmente o incentivo médico para tal prática) de órgãos entre parentes (vivos e jovens) é plena quando o autor sugere que há agência por parte de quem doa o órgão, e este pode sim querer doar (e salvar um ente querido), mas é completamente injustificada quando este apela ao relativismo antropológico que imprime (indevidamente) em Scheper-Hughes.

A utilização, e o aceite pela, consulta e problematização do uso da subjetividade na pesquisa em ciências sociais, notadamente para a antropologia brasileira contemporânea é tímida, e de certo modo recente. Grossi (1992) reporta a importância do uso da subjetividade durante a prática etnográfica, destacando o papel crucial do gênero na construção da percepção sobre o outro. Esta configuração (onde o gênero é tido como central) esclarece porque a presença de discussões sobre o uso da subjetividade é de fato observável nas produções acadêmicas de antropólogas, e não de antropólogos, (salvo casos isolados, e principalmente, recentes) conforme aponta Sardenberg (2004).

Em contraposição, a situação da antropologia, salvo alguns teóricos e/ou países com construções específicas de aplicação de antropologia, (EUA é a exceção, onde existe toda uma fartura de campos dentro da antropologia aplicada, porém outros países como Brasil, Haiti e México possuem aplicações bastante específicas e limitadas de antropologia “aplicada”) está restringida à academia, no geral. Logo, a problemática sobre uma real necessidade de implementação de “práticas antropológicas fora da academia” possui real valor e necessidade de ser concretizada.

Tanto para o Brasil, como para o Haiti e o México, a intervenção antropológica normalmente está reduzida a questão de direitos de populações “tidas como tradicionais”. Para o caso específico do Brasil há uma questão adicional muito forte de demarcação de territórios, principalmente para populações indígenas e quilombolas. Esta demarcação de terras recebeu largo avanço após as intervenções da ABA, que possui forte presença neste sentido, garantindo quase que uma relação de causa e efeito no “fazer antropologia” e “produção de laudos antropológicos”⁴⁹.

⁴⁹ Sobre laudos antropológicos, consultar a coletânea organizada por Leite (2005).

A antropologia “aplicada”⁵⁰ brasileira apresenta outro desenvolvimento bastante singular, e característico do contexto brasileiro, que é a intervenção de cientistas sociais (o que inclui, mas não se limita à antropólogos e antropólogas) e significativa produção de material para uso consultivo (e não normativo) em políticas públicas para grupos diversos (populações LGBTTTI, enfermos, grupos étnicos minoritários, populações carcerárias, imigrantes, recortes geracionais, etc.) pelo governo.

Para o caso do Haiti e do México a antropologia aplicada ainda remete a populações étnicas específicas, e apresenta forte diálogo com a antropologia biológica, tendo aplicação da antropologia forense (muito utilizada para identificação óssea) no Haiti e do uso da arqueologia (e também da História) no México. Eu não desmereço este tipo de aplicação, e percebo a sua utilidade, função e necessidade, mas a abordagem que sugiro é uma aplicação um pouco além deste uso mais “prático” e visível. É principalmente dotada de maior nível de intencionalidade e agência por parte do antropólogo.

Um ponto que deve ser tornado claro é que a militância não é o único, e em um possível julgamento de valor não deve ser tomado como principal (ou melhor) possibilidade de intervenção. Cada caso pode sugerir um posicionamento do antropólogo ou da antropóloga de modo singular. Mesmo limitado à antropologia médica, ou mesmo ao transplante de órgãos (Scheper-Hughes, 2007), é possível e provável que determinado grupo “afetado” necessite de outra forma de intervenção.

Além disto, em determinados (mas não tão específicos) contextos é frequente a chamada ao protagonismo pelas partes envolvidas no discurso militante. Nesta configuração, diferentes tipos de antropólogos e antropólogas vão, inevitavelmente, ter de se posicionar de modo diferenciado para diferentes grupos de sujeitos de estudo⁵¹.

⁵⁰ O uso de aspas remete ao elevado nível de resistência ao termo “aplicada” que observei em inúmeras apresentações de antropólogos e antropólogas brasileiros na X Reunião de Antropologia do Mercosul (Córdoba), na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (São Paulo) e na IV Reunião Equatorial de Antropologia (Fortaleza). Eu identifiquei, na totalidade dos casos uma preferência pelo termo “antropologia da ação”, que considero como apenas uma parte da antropologia aplicada.

⁵¹ Eu não compreendo, no entanto, que algo como propostas de uso de “múltiplas identidades” que variam conforme o “tipo” de interlocutor seja realmente uma opção válida. Mascarenhas-Keyes (1987), por exemplo, sugere a utilização de “disfarces” conforme os diferentes interlocutores que encontra em seu campo na Índia. Nesta situação, a antropóloga não percebe que enquanto “brinca” de variar entre múltiplos papéis ao se encontrar com diferentes interlocutores, tais como “agentes do governo”, membros de “castas altas” e “castas baixas”, ou “colegas acadêmicos” projeta a capacidade analítica de seus interlocutores praticamente ao limbo.

E acaba que por esta “incapacidade” do pesquisador ou da pesquisadora em assumir este estado variável e mutante, conforme o momento, e o grupo, tende a forçar o antropólogo ou a antropóloga a se especializar e naturalizar esta resistência à intervenção “externa”.

Para alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras esta situação é ainda mais problemática e urgente, visto que a sua “linha de pesquisa”, e o seu posicionamento enquanto pesquisador ou pesquisadora acabam por dialogar com uma infinidade de subcorrentes de posicionamento (apenas para exemplificar: movimentos de resistência negros, indígenas, LGBTTTI e/ou feministas; e em todos estes: as infinitas quantidades de movimentos dissidentes e/ou sincréticos), que não necessariamente se sentem “representadas” ou “representados” por um antropólogo ou uma antropóloga que não se “encaixe” no perfil altamente específico que é idealizado de existir em cada uma dessas subcorrentes⁵².

Em inúmeras situações acabam por apresentar posicionamentos conflitantes entre si, “forçando” o pesquisador ou a pesquisadora, não somente a se posicionar, como em algumas situações problematizar seus próprios valores, inúmeras vezes.

Este tipo de conflito é visível e revisto em algumas autoras: Beigi & Cheng na intersecção entre gênero e deficiência (2010), Collins quando problematiza a dupla raça e gênero (1990) e Bowleg (2008) ao analisar os problemas da pesquisa que envolve a sobreposição tripla de gênero, raça e orientação sexual, apenas para citar alguns exemplos.

3.3 CONTRAINDICAÇÕES DOS REFERENCIAIS SUPRACITADOS

Sobre a proposta de o antropólogo “envolvido” com o nativo, e além, agindo como defensor dos mesmos, possuir melhor qualidade de informação, ou mesmo, realizar “melhor antropologia” (Kellett, 2009; Scheper-Hughes, 1995) considero que tal afirmação é por si bastante generalista e tendenciosa. O fato de estar envolvido ou não com o objeto de estudo deve ser levado em consideração para entender o contexto e a implicação do antropólogo ou antropóloga na pesquisa, porém não deveria limitar a análise sobre a pesquisa realizada.

No mínimo, a proposta de pesquisa, os métodos aplicados, e a teoria embasada para a discussão devem ser avaliadas em um viés menos simplista. Do contrário torna-se algo simplório, onde o fato de

⁵² Explícito que eu não questiono o protagonismo reclamado por estes grupos sociais. Esclareço que isto não entra (automaticamente) em conflito de interesses com o momento em que sugiro o posicionamento militante para o outro, quando este é claramente vítima de violência, como demonstro em Virgílio (2013a e 2013b).

“fazer parte do meio”, ou “defender o objeto de estudo” sugere maior ou menor capacidade de síntese, observação e análise.

É possível que em elevada quantidade de situações, realmente, um antropólogo ou antropóloga que os nativos identificam como seu “defensor” ou “defensora” possua acesso a “melhores” informações, mais precisas ou em maior variedade. Porém, a antropologia não deve se limitar a militância, e é exatamente isto que tal afirmação tende a produzir, se “levada ao pé da letra”.

O simples aceite da urgência em minha participação, sem uma problematização posterior, tal qual tento realizar neste momento, em muito pouco alargaria as atuais percepções sobre este singular episódio. Arriscaria ainda afirmar, que pouco agregaria a reflexões sobre a prática de militância e ativismo, per si.

A reciprocidade que Scheper-Hughes (1995) sugere que os nativos desejam receber do antropólogo e da antropóloga é efetivamente observável, em seu exemplo, o que sustentaria a intervenção realizada, pois os próprios nativos a solicitaram e a desejavam. No entanto, tal afirmação vai de encontro à proposta da antropologia aplicada em identificar “falhas estruturais” na sociedade analisada, e utilizar sua capacidade de análise para propor melhorias ao grupo.

Para o meu caso especificamente, eu aceito, quase que prontamente, o convite de ingresso à manifestação, assim como toda uma coleção de “interferências do campo” em minha pesquisa, porém eu busco problematizar, praticamente em tempo integral, uma série de situações envoltas neste largo número de “propostas” que recebo do campo.

Citaria, para ilustrar, a descrição de meu diário de campo onde eu descrevo o convite e a pressão que recebo para “afirmar a minha participação no movimento, e na manifestação”:

Penso que você não entendeu: (pausa) Não me interessa se és brasileiro, se és europeu, ou mesmo se estudas aqui (em Lisboa). A questão central remete ao seu posicionamento e a sua participação nas manifestações. O fato de você pesquisar sobre (as manifestações) torna você uma parte ainda mais integrada ao movimento. (pausa) Mais até do que algumas pessoas (aponta para a líder estudantil da chapa de oposição, que organizou a manifestação)... que aqui estão por, como vocês (antropólogos) diriam: questões de parentesco. (pausa) Se é que você me entende... (anotações pessoais, com adaptações)

Esta revelação não é suficientemente eficiente, sendo seguida do evento, onde não apenas sou realocado, como também sou “esclarecido” do que se passou:

Sou pego pelo braço e “carregado” para a primeira fila da manifestação. Onde, sou esclarecido pelo meu informante do que de fato acontecia: Se você ainda não tinha percebido, existe uma hierarquia entre os participantes da manifestação. Quanto mais em frente na disposição geral da manifestação (você estiver), maior é a sua identificação com a causa principal. A sua circulação (entre diferentes grupos dentro da mesma manifestação, fazendo menção clara as minhas “caminhadas” cruzando a manifestação) não apenas me incitaram a me dirigir a você, como a corrigir o seu indevido comportamento. (anotações pessoais, com adaptações)

Este par de descrições é ilustrativo para esclarecer sobre a posição que eu deveria tomar ao ser informado que sou “parte do movimento”. Uma posição não apenas de identidade, como literalmente, de localização espacial. Se em algum momento específico há uma primeira ocorrência que me define como sendo “parte da manifestação”, acredito que foi após esta série de revelações e eventos.

O simples “aceitar da situação” e “seguir os interesses dos sujeitos de estudo” pode ser interessante para os respectivos, mas a antropologia morre, se a ação do antropólogo parar neste ponto. Este aceite das provocações do campo é apenas um primeiro passo que considero urgente de ser realizado, porém não pode ser um estágio terminal. É preciso posteriormente problematizar esta situação de aceite, notadamente, versando sobre a subjetividade envolta no contexto e situação vivenciados.

Scheper-Hughes (1995) foi infeliz em relacionar o desejo dos nativos com a “validade de uma intervenção”, quando sugere que a capacidade do antropólogo ou antropóloga de identificar falhas tornaria “válida uma intervenção”. O que aparenta ocorrer é uma corrida, onde qualquer justificativa para uma intervenção possa ser utilizada como argumento. O problema de tal suporte teórico, é que inevitavelmente, um compêndio deste tipo de recursos acaba por gerar situações contraditórias.

A autora (Scheper-Hughes, 1995), ou qualquer interessado em militância antropológica deve escolher, conforme cada contexto ou evento, por ou “embasar majoritariamente a sua aproximação por necessidades do grupo (identificadas pelo grupo)”⁵³, ou “embasar sua aproximação por necessidades do grupo (identificadas pelo antropólogo e onde o grupo é incapaz ou limitado de percebê-las)”⁵⁴, normalmente estando vinculado a “valores culturais, ancestrais, históricos ou tradicionais”. Eu, por exemplo, em momento algum me considerei capaz de identificar as limitações do grupo de manifestantes e agir “por eles”⁵⁵.

Uma segunda suposição da autora que julgo inválida é a real hipótese de considerar que antropólogos e antropólogas de fato “não interveem” no objeto ou campo de estudo. O que de fato ocorre é uma intervenção, quer seja declarada, quer seja provocada intencionalmente, quer seja conhecida pelo pesquisador ou pesquisadora. A questão da agência dos sujeitos (cf. Ortner, 2007:69-73), enquanto em contato com o antropólogo ou antropóloga é muito superior à redução proposta por Nancy Scheper-Hughes.

A não afirmação e a não intencionalidade de tais intervenções, que ocorrem em qualquer ciência, seja as ditas ciências “duras” ou não, não as torna inexistentes, como sugere Scheper-Hughes. O que de fato pode ser feito é “reorientar” as intervenções para algo planejado e que traga “benefício” ao objeto ou campo de estudo. Mais ou menos na linha do que Ortner (cf. 2007:62-65) e Velho (cf. 1994:103-106) definem como “projeto”, porém sendo praticado pelo pesquisador. Este trabalho de conclusão de curso deve ser compreendido por este viés. A intervenção sempre ocorrerá. Que ela ao menos o seja para algo tido como positivo⁵⁶.

Quando pretexto por salientar em como o campo “pode orientar” os rumos da pesquisa acadêmica, espero que o mesmo seja problematizado em algo próximo ao “campo de possibilidades” no

⁵³ Como o que eu realizei em Lisboa, junto às manifestações estudantis e apresentadas neste TCC e Virgílio (2013f).

⁵⁴ Como o que eu realizei em Florianópolis, junto aos operadores de call center e apresentadas em Virgílio (2013a e 2013b).

⁵⁵ Esclareço que eu não tenho o menor problema com posicionamentos alternativos a este, conforme exponho em Virgílio (2013a & 2013b) a situação onde “realizo uma intervenção planejada” independente de solicitação e conhecimento de meus interlocutores. Reforço que compreendo que a percepção do pesquisador sobre o campo é que deve definir tanto a metodologia, como o posicionamento do antropólogo.

⁵⁶ Aqui cabe uma enorme discussão a respeito do juízo de valor imposto, que em muito alargaria este material.

projeto de Gilberto Velho (1994:40). Deste modo se sugere reduzir a primazia do sujeito, em meu caso como pesquisador, da (sua) influência no contexto, na ação sobre a pesquisa e o campo vividos, e principalmente na direção e sentido do rumo em sua pesquisa. Conforme já apresentado, eu interpreto o campo, e seus diversos e múltiplos elementos (componentes ou relacionados), nas figuras de geradores primários destas noções de contexto e rumos.

Um dos raros convites que “o campo me ofertou”, e o qual eu neguei quase que prontamente remete a uma sugestão, de “origem” das manifestações estar associada à cidade universitária de Coimbra:

Jorge me informa que a discussão sobre “quando”, “como”, “por quem” e “porque” “fazer uma manifestação estudantil” nasce (e se desenvolve) na cidade de Coimbra, que é famosa pela sua universidade secular. Segundo meu informante, a cidade de Coimbra, apesar de possuir forte discurso e pertinência acadêmica, não possui a representatividade política (principalmente para os olhares estrangeiros) que a capital Lisboa apresenta. Assim, a discussão e as decisões teriam início nos centros acadêmicos de Coimbra, mas teriam a sua execução nas ruas e universidades de Lisboa.

Após esta revelação Jorge tece alguns comparativos e diferenciações com a USP⁵⁷ e suas manifestações estudantis. Adiantando que, para o caso específico português, se ele estivesse em minha posição⁵⁸ ele claramente se deslocaria para Coimbra e ou realizaria, em suas palavras “uma dupla etnografia”.

Compreendo desta feita, que se Jorge é plenamente capaz de “se posicionar” na posição de “pesquisador”, não há de haver problema se este nível de cumplicidade for permutado, e eu “me posicionar” na posição de “pesquisado”⁵⁹.

⁵⁷ A pesquisa principal de Jorge, para o curso de ciência política que ele frequenta em Portugal, remete as relações existentes entre partidos políticos e movimentos estudantis (ambos “de esquerda”) no contexto brasileiro, comparativamente entre os momentos pré-ditadura e pós-ditadura brasileira.

⁵⁸ Destaco que o fato de ele ser um estudante finalista da área de ciências humanas, agravado pela sua larga experiência em movimentos sociais, lhe permite realizar uma “invasão” ao “espaço de pesquisador o qual eu ocupo”. Jorge identifica uma intimidade e uma abertura suficiente para me afirmar como ele realizaria a metodologia “se estivesse em meu lugar”. Essa colocação de “se eu fosse você”, com origem a partir de um “sujeito de estudo”, é bastante singular, e restrita para contextos onde a “semelhança” e a cumplicidade entre pesquisador e pesquisado é elevada, afirmada e aceita o suficiente entre ambas as partes para fornecer o acesso para este desenvolvimento.

⁵⁹ Tenho noção que a minha negativa à proposta de Jorge sobre a sugestão de meu deslocamento para Coimbra deve ser capaz de problematizar (bastante) esta permuta.

A proposta pela realização de uma etnografia multi-situada (cf. Marcus, 1995:96-97) entre Lisboa e Coimbra me é de certa forma inviável e indesejada, visto que eu me encontrava em intercâmbio acadêmico em Lisboa⁶⁰ e lá pretendia permanecer, a fim de concluir, em tempo hábil, a minha formação em antropologia. E desnecessário informar, um deslocamento, em definitivo, para Coimbra era ainda menos plausível, para a minha situação.

E isto deve ser avaliado sobre a ótica de que o pesquisador é agente no contexto em que está sendo inserido, notadamente quando participa na seleção entre os múltiplos rumos disponíveis para o desenvolvimento de sua pesquisa. E para o meu caso específico, quando aceita (ou não), se articula (representado na “forma de pesquisa”) e problematiza a opção feita dentro de seu “campo de possibilidades”.

3.4 EMANCIPAÇÃO DA ANTROPOLOGIA: POR UMA ANTROPOLOGIA APLICADA

Conforme já demonstrado, a antropologia, como construção de saber sobre o outro não pode se reduzir ao espaço acadêmico. Seu desenvolvimento epistemológico como produção de conhecimento e principalmente enquanto ciência está diretamente dependente da sua realização nos mais diversos usos, pelo maior número de agentes, na mais completa coleção de metodologias, pelo mais variado jogo de interesses e pelo mais longo tempo possível.

A emancipação da prática antropológica ocorre quando o antropólogo é permitido de realizar a sua pesquisa de modo independente aos padrões normativos e reacionários de conduta acadêmica. Não somente no que repercute a quem, quando ou onde a pesquisa é realizada, é urgente também a problematização da normalização de como se constrói o saber antropológico.

Uma antropologia que prime pelo valor múltiplo é capaz de compreender e fomentar um uso misto, permitindo em simultâneo a existência de movimentos e desenvolvimentos emancipatórios em múltiplas linhas de um mesmo pensamento, que é coletivo e libertador (tal como as inúmeras correntes teóricas que perpassam pelos feminismos, como as quase infinitas intersecções geracionais, raciais, culturais, nacionais e religiosas). A prioridade ou o incentivo “cego”

⁶⁰ O deslocamento Coimbra-Lisboa é acompanhado de razoáveis investimentos temporal e financeiro. Eu possuía frequência acadêmica diária em duas universidades distintas em Lisboa.

para determinados grupos de análise social vicia a antropologia e pouco agrega, no longo prazo a formação da antropologia como “ciência”.

Esta mesma emancipação da antropologia não deve incentivar a redução da prática antropológica com base na identidade da pessoa que realiza a pesquisa, sugerir uma maior (ou menor, ou mesmo inexistente) capacidade analítica com base em projetados níveis de natividade ou de alteridade dificultam e reduzem a diversidade de análise epistemológica em antropologia. Protagonismos de discurso político e/ou público não devem ser confundidos com protagonismos de pesquisa científica.

Sugerir que a antropologia deve respeitar, e se limitar, a cânones metodológicos, que são quase que independentes de contextos de inserção, não somente restringe a capacidade de desenvolvimento de novas perspectivas de análise, uma vez que cercam os desenvolvimentos de coleta e construção de informações, como também impede, em dados contextos a construção de algo que remeta a qualquer forma de antropologia. O método deve ser definido tão somente pelo antropólogo, pelos interlocutores e pelo diálogo que estes realizam entre si, e com o campo.

Impedir antropólogos e antropólogas militantes de praticar antropologia, assim como diminuir a antropologia à prática de militância são reduções demasiadamente restritas para um campo de atuação que já é por si pouco explorado. A atuação do antropólogo e da antropóloga não pode ser construída sob uma base que seja apenas interesses da pesquisa, do pesquisado, ou do pesquisador. Os interesses são múltiplos e inter-relacionais.

Por fim, a antropologia não é uma ciência que busca uma resposta definitiva. Deve ser fato dado a qualquer antropólogo ou antropóloga que o conhecimento antropológico é por si, infinito em dimensão, inalcançável em sua plenitude, interminável em alcance e em constante revisão e reconstrução de forma e corpo. Com este tipo de discurso, espero evidenciar a importância de trabalhos, que mesmo que não sejam inovadores em prática, o sejam em perspectiva e posicionamento.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Vitor Hugo. Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos Hare Krshina brasileiro e espanhol. in: BLANES. Ruy Llera; CANTÓN, Manuela; CORNEJO, Mónica. **Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión.** Pps.: 21-38. Gipuzkoa: Ankulegi editorial. 2008.

ALBERT, Bruce. Ethnographic situation and ethnic movements: notes on post-Malinowskian fieldwork. in: **Critique of anthropology.** Vol. 17. Num. 1. Pps.: 53-65. 1997.

ALONSO, Sara. O fazer etnográfico: políticas, mediações e definição de grupos. in: BLANCO, Eugenia Rodriguez; MAURI, Monica Martinez. **Intelectuales, mediadores y antropólogos: la traducción y la reinterpretación de lo global en lo local.** Pps.: 15-35. Gipuzkoa: Ankulegi editorial. 2008.

AMOROSO, Marta. Os sentidos da etnografia em Câmara Cascudo e Mário de Andrade. in: **Revista do instituto de estudos brasileiros.** Num. 54. Pps.: 177-181. 2012.

ANA, Aeroportos de Portugal. Greve geral: ponto de situação final. in: ANA. Lisboa. 2012. Disponível online em <<http://www.ana.pt/pt-PT/Topo/Institucional/SobreANA/Imprensa/Noticias/Paginas/Greve-Geral.aspx>>. Acesso em 27 de julho de 2013

APPIAH, Kwame Anthony. Cosmopolitan patriots. in: NUSSBAUM, Martha C. (Ed.) **For love of country: Debating the limits of patriotism.** Boston: Beacon Press. Pps.: 21-29. 1996.

BEIGI, Amir; CHENG, Karen. Rethinking gender in disability issues. in: **Sexuality and disability.** Vol. 28. Num. 3. Pps.: 205-207. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva. 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus.** Paris: Les Éditions de Minuit. 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Practical reason**: on the theory of action. Stanford: Stanford University Press. 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Rules of art**: genesis and structure of the literary field. Stanford: Stanford University Press. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Stanford: Stanford University Press. 1990.

BOWLEG, Lisa. When black + lesbian + woman ≠ black lesbian woman: the methodological challenges of qualitative and quantitative intersectionality research. in: **Sex roles**. Vol. 59. Num. 6. Pps.: 312-325. 2008.

BUFFA, Ester. A teoria em pesquisa: o lugar e a importância do referencial teórico na produção em educação. in: **Cadernos de Pós-Graduação**. Vol. 4. São Paulo. Pps.: 33-38. 2005.

CARDOSO, Ruth. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. CARDOSO, Ruth (org.), **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

CIRICO GARCIA, Rafael Cesar; VIRGÍLIO, Jefferson. Incompatibilidades acadêmicas: quando a teoria e o método não são suficientes. Apresentado nas **Jornadas antropológicas do PPGAS/UFSC**. Florianópolis, 2013.

CLIFFORD, James. On ethnographic authority. in: **Representations**. Num. 2. Pp.: 118-146. 1983.

COHEN, Anthony. Self-conscious anthropology. in: CALLAWAY, Helen; OKELY, Judith. **Anthropology and autobiography**. Pps.: 221-241. London: Routledge. 1992

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought in the matrix of domination. in: COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Pp.: 221-238. 1990.

CRAPANZANO, Vincent. **Waiting**: the whites of South Africa. New York: Vintage. 1985.

CRAPANZANO, Vincent. **Hermes's dilemma and Hamlet's desire**. Cambridge: Harvard University Press. 1994.

CRUCES, Francisco. Las transformaciones de lo público: imágenes de protesta en la ciudad de México. in: **Perfiles latinoamericanos**. Número 12. Ano 7. 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. in: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Pps.: 23-35. São Paulo: Zahar. 1978.

DURÃO, Suzana; SHORE, Cris. From a political anthropology to an anthropology of policy: interview with Cris Shore. in: **Etnográfica**. Vol. 14. Num. 3. Lisboa: Cria. 2010.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva. 1984.

ERIBON, Didier; LÉVI-STRAUSS, Claude. **De perto e de longe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990.

ERVIN, Alexander M. Advocacy anthropology. in: ERVIN, Alexander M. **Applied anthropology**: tools and perspectives for contemporary practice. Pps.: 139-159. Boston, London: Allyn and Bacon. 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. **Los Nuer**. Barcelona: Editorial Anagrama. 1992.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. in: **Cadernos de campo**. Vol. 13, Nº 13. Pps.: 155-161. São Paulo. 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno; GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Anahi Guedes de. Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no brasil. in: **Revista Ártemis**. Pps.: 10-29. Vol. XV. Num 1. João Pessoa: UFPB. 2013.

FOUCAULT, Michel. A preface to transgression. in: FOUCAULT, Michel. **Language counter-memory, practice**: selected essays and interviews. Pps.: 29-52. New York: Cornell University Press. 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2000

GEERTZ, Clifford. Deep play: notes on the Balinese cockfight. in: GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**: selected essays. Pps.: 412-453. New York: Basic Books. 1973a.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**: selected essays. New York: Basic Books. 1973b.

GELLNER, Ernest. **Language and solitude**: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg dilemma. New York: Cambridge University Press. 1999.

GELLNER, Ernest. **Relativism and the social sciences**. University of Cambridge Press: New York. 1990.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. in: **Ponto urbe**. Ano 2. Ver.. 3.0. Pps.: 1-11. 2008.

GOODMAN, Leo. Snowball sampling. in: **Annals of mathematical statistics**. Vol. 32. Num. 1. Pps.: 148–170. Chicago. 1961.

GRANJO, Paulo. **Trabalhamos sobre um barril de pólvora**: apropriações e factores sociais do perigo, numa refinaria portuguesa. Lisboa. 2004.

GRANJO, Paulo. **Visões do sindicalismo**: trabalhadores e dirigentes. Lisboa: Cosmos. 1994.

GREENHOUSE, Carol; MERTZ, Elizabeth & WARREN, Kay (orgs.) **Ethnography in unstable places**: everyday lives in contexts of dramatic political change. Durham, North Carolina: Duke University Press. 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do outro encontra-se a si mesmo. in: **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: UFSC. 1992.

- JACKSON, Anthony (org.) **Anthropology at home**. London: Tavistock. 1987.
- KELLETT, Peter. Advocacy in anthropology: active engagement or passive scholarship? in: **Durham anthropology journal**. Vol. 16. N° 1. Pps.: 22-31. Durham, 2009.
- KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva. 2006.
- KROEBER, Alfred. **Handbook of the Indians of California**. California: Government Printing Office of United States. 1925.
- KUPER, Adam. **Anthropology and anthropologists: the British school 1922-1972**. London: Penguin. 1973.
- KUPER, Adam. Culture, identity, and the project of a cosmopolitan anthropology. in: *Man*. Vol. 29 Pps.: 537-554. 1994a.
- LATOUR, Bruno. On technical mediation: philosophy, sociology and genealogy. in: **Common knowledge**. Vol. 3. Num. 2. Durhan: Dukepress. Pps.: 29-64. 1994.
- LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Editorial Manantial. 2008.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Laudos antropológicos em debate**. Florianópolis: Nuer/UFSC e ABA. 2005.
- MALINOVSKI, Bronislaw. **Argonauts of the western pacific: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea**. London: Routledge. 1932.
- MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.
- MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. in: **Annual review of anthropology**, vol. 24, pp. 95-117. 1995.

- MASCARENHAS-KEYES, Stella. The native anthropologist: constraints and strategies in research. in: JACKSON, Anthony (org.) **Anthropology at home.** London: Tavistock; 180-95. 1987.
- MEAD, Margaret. **Sex and temperament:** in three primitive societies. New York: Morrow. 1963.
- MICELI, Jorge Eduardo. Sobre la contestación de Enrique Anrubia a Carlos Reynoso. Enumerando dificultades para entender una crítica interpretativista. in: **Gazeta de antropología.** Num 19. Artículo 22. 2003.
- NARAYAN, Kirin. How native is a 'native' anthropologist? in: LAMPHERE, L.; RAGONÉ, H. & ZAVELLA, P. (orgs.) **Situated lives: gender and culture in everyday life.** New York: Routledge, Pps.: 23-41. 1997.
- NEWMAN, Mark. The structure and function of complex networks. in: **SIAM review.** Vol. 56. Pps.: 167-256. Philadelphia 2003.
- NORDSTROM, Carolyn e ROBBEN, Antonious (orgs.). **Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival.** Berkeley: University of California Press. 1995.
- PIERSON, Donald. Prefácio. in: LINTON, Ralph. **O homem: uma introdução à antropologia.** Pps.: 9-11. São Paulo: Martins Fontes. 1976.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. in: **Scientiae studia.** Vol. 6. Num.1. Pps.: 97-116. 2008.
- ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. in: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas.** Pp.: 45-80. Brasília: ABA. 2007.
- RAMOS, Alcida Rita. Do engajamento ao desprendimento. in: **Série antropologia.** Vol. 414. Brasília: UNB. 2007.
- REYNOSO, Carlos. El lado oscuro de la descripción densa – diez años después. in: **Anthropologika: revista de estudio e investigaciones en**

antropología. Centro de estudios e investigación en antropología. Arequipa. Pps.: 136-193. 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. in: **Revista brasileira de ciências sociais.** Vol. 21. Num.60. Pps.: 147-165. 2006.

SARDENBERG, Cecília. Estudos feministas: um esboço crítico. in: GURGEL, Célia (org.). **Teoria e práxis dos enfoques de gênero.** Salvador: REDOR-NEGIF. Pp.: 17- 40. 2004.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. in: **Current anthropology.** Vol. 36. Nº 3. Pps.: 409-420. 1995.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The tyranny of the gift: sacrificial violence in living donor transplants. in: **American journal of transplantation.** Vol. 7. Pps.: 507–511. 2007.

STAFFORD, Charles. Chinese patriliney and the cycles of Yang and Laiwang in: CARSTEN, Janet (ed.). **Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship.** Cambridge: Cambridge University Press. Pps.: 35-54. 2000.

STOCKING, George. **Observers observed:** essays on ethnographic fieldwork. London: University of Winconsin Press. 1983.

STRATHERN, Marilyn. The limits of auto-anthropology. in: JACKSON, Anthony. **Anthropology at home.** London: Tavistock. Pps.: 16-37. 1987.

TAYLOR, James S. A “queen of hearts” trial of organ markets: why Scheper-Hughes's objections to markets in human organs fail. in: **Journal of medical ethics.** Vol. 33. Nº 4. Pps.: 201–204. 2007.

THOMAS, Nicholas. Against ethnography. in: **Cultural anthropology.** Vol. 6. Num. 3. Pps.: 306–322. 1991.

TOURAINÉ, Alain. **Movimientos sociales de hoy:** actores y analistas. Barcelona: Hacer Editorial. 1990.

TOURAINÉ, Alain. **The voice and the eye: an analysis of social movements.** Cambridge: Cambridge University Press. 1981.

TURNER, Victor. Muchona the hornet, interpreter of religion. in: **The forest of symbols.** Pp.: 131-150. New York: Cornell University Press. 1970.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes. 1969.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografía e narrativas etnográficas urbanas. in: **ReDobra.** Salvador. Ano 3. Num.10. Pps.: 171-189. 2012.

VAN GENNEP, Arnold. **The rites of passage.** Chicago: University of Chicago Press. 1960.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2002.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. in: NUNES, Edson Oliveira (org.) **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar. Pps.: 36-46. 1978.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

VERDE, Filipe. Tambores de mortos? Sobre um estudo etnográfico da democracia em Ilhéus, a antropologia feita em casa e a falácia do apelo à crença. in: **Anuário antropológico (2009).** Vol. 1. 2010.

VIRGÍLIO, Jefferson. Diferenças entre discurso e prática: implicações para a prática etnográfica. Apresentado na **X Reunião do Mercosul de antropologia (X RAM).** Córdoba, 2013a⁶¹.

⁶¹ Um resumo de uma versão em espanhol está nas Atas da VII Jornadas Santiago Wallace de Investigacion en Antropología Social, da Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2013.

VIRGÍLIO, Jefferson. Diferenças entre o discurso e a prática: novas configurações de assédio moral. Apresentado no **III Seminário catarinense de prevenção ao assédio moral no trabalho**. Florianópolis, 2013b.

VIRGÍLIO, Jefferson. Entre a rua e o meio. Apresentado na **VIII Semana de integração do CFH/UFSC**. Florianópolis, 2013c.

VIRGÍLIO, Jefferson. Largadas de touros em Samora Correia: discursos do passado e práticas contemporâneas de masculinidades em uma aldeia do Ribatejo. Apresentado no **I Encontro de iniciação científica norte e nordeste de antropologia**. Fortaleza, 2013d.

VIRGÍLIO, Jefferson. Palavras, faixas e gritos em uma manifestação popular em Lisboa. Apresentado na **II Semana NAUI/UFSC**. Florianópolis. 2013e⁶².

VIRGÍLIO, Jefferson. Visitante indesejado: sobre o imprevisto no trabalho de campo. Apresentado nas **Jornadas antropológicas do PPGAS/UFSC**. Florianópolis, 2013f⁶³.

WALL, Sarah. An autoethnography on learning about autoethnography. in: **International journal of qualitative methods**. Vol. 5. Num. 2. Pp.: 1-12. Alberta, 2006.

WENGLE, John. **Ethnographers in the field**: The psychology of research. Alabama: University of Alabama Press. 1988.

⁶² Apresentado, como palestra, na XII Semana acadêmica de ciências sociais da UFSC. Florianópolis, 2013.

⁶³ Um resumo de uma versão prévia deste texto está incluído nos Anais da V Reunião da Associação Portuguesa de Antropologia (APA). Vila Real, 2013.